

UNIVERSDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimentalde Ourinhos

CAIQUE ALVIM PAYÃO

**O CASO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO
TROMBETAS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Ourinhos

2020

UNIVERSDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

O CASO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO TROMBETAS:
POR UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DAS UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO

Caique Alvim Payão

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia pela Unesp – Campus
Experimental de Ourinhos.*

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

Ourinhos – SP

2020

P343c Payão, Caique Alvim
O caso das comunidades quilombolas no Trombetas: uma abordagem geográficas nas unidades de conservação / Caique Alvim Payão. -- Ourinhos, 2020
75 p. : tabs., fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia)
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus Experimental de Ourinhos, Ourinhos

Orientador: Luciene Cristina Risso

1. Unidades de conservação. 2. Comunidades tradicionais.
3 . Proteção da natureza. 4. Conflitos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Câmpus Experimental de Ourinhos. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Banca examinadora

Profa. Dra. Luciene Cristina Risso

Me. Renan Andreosi Salles de Oliveira

Ma. Mariane Ravagio Catellie

Ourinhos, 16 de Dezembro de 2020

Dedico a minha família e a todos aqueles que lutam e defendem o direito pelo modo de vida tradicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de dedicar este trabalho a duas mulheres que me forneceram base e estrutura na vida, em especial à minha mãe Cassia Regina Alvim, mulher guerreira e batalhadora que sempre apoiou minhas decisões e aventuras, assim como, minha irmã, Nathalie Alvim, que sempre esteve próxima e apoiando minhas decisões.

Agradeço também ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em especial a toda equipe do Núcleo de Gestão Integrada Trombetas, sem a oportunidade de realização do voluntariado seria impossível desenvolver este trabalho.

Agradeço também a todas as comunidades quilombolas do rio Trombetas, por transmitirem tanto conhecimento e sabedoria durante este período, aos agentes de praia das bases de campo Santa Rosa e Tabuleiro e todos os colocaboralodes do Projeto Quelônio do Rio Trombetas.

Agradeço a UNESP, instituição pública que me forneceu estrutura na busca pelo conhecimento geográfico, ao corpo de professores da UNESP Ourinhos que durante anos de graduação tiveram grande importância na minha formação. Um agradecimento em especial à minha orientadora Luciene Rizzo, defensora do modo de vida tradicional, à Mariane Ravaglio Catellie e ao Renan Andreosi Salles de Oliveira por comporem a banca examinadora.

Agradeço a todos meus amigos envolvidos nessa trajetória, desde amigos de infância em Cotia, aos amigos de república (Tirolez, Lacraia, Rolezinho, Barriga, Brunão e Zumba) e todas amizades construídas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento dessa trajetória.

Por fim, agradeço à todos aqueles que de alguma maneira, contribuem pela valorização dos conhecimentos tradicionais.

“Existiu
Um eldorado negro no Brasil

Existiu
Como o clarão que o sol da liberdade produziu

Refletiu
A luz da divindade, o fogo santo de Olorum

Reviveu
A utopia um por todos e todos por um”

(Gilberto Gil, O eldorado negro)

RESUMO

A história da criação de unidades de conservação no Brasil, é repleta de conflitos envolvendo as comunidades locais e tradicionais. O autoritarismo nas políticas ambientais em relação a presença de grupos humanos no interior das unidades de conservação, fruto do pensamento preservacionista baseado na noção de *wilderness* ou mundo selvagem, traz diversos problemas entre as unidades de conservação e populações tradicionais. Historicamente as cachoeiras e lagos do vale do rio Trombetas, são ocupadas por comunidades quilombolas que a partir do século XIX, que se estabeleceram na região, fugindo da escravidão das fazendas do Baixo Amazonas. Essas comunidades durante pelo menos dois séculos, desenvolveram diversas técnicas de manejos extrativistas sem degradação da natureza, chegando ocupar uma parcela importante na economia local, porém a partir da década de 60 passam por um processo de cercamento. Esse processo, que restringe a prática de seu modo de vida, através do discurso de desenvolvimento da nação e até mesmo proteção ambiental, marginaliza esses grupos novamente. Os interesses atrelados ao capital estrangeiro, com a exploração da bauxita e na tentativa de produção de energia, vêm se apropriando da pauta de proteção da natureza, para garantir segurança na exploração da área e comumente vem violando direitos humanos dos povos tradicionais.

Palavras-chave: Unidades de conservação, comunidades tradicionais e proteção da natureza.

ABSTRACT

The history of the creation of conservation units in Brazil is full of conflicts involving local and traditional communities. The authoritarianism in environmental policies regarding the presence of human groups within protected areas, the result of conservationist thinking based on the notion of wilderness, brings several problems between protected areas and traditional populations. Historically, the waterfalls and lakes of the Trombetas river valley are occupied by quilombola communities that, since the 19th century, have settled in the region, fleeing from the slavery of the farms of the Lower Amazon. These communities, for at least two centuries, developed various techniques of extractive management without degradation of nature, occupying an important part of the local economy, but from the 1960s they went through a process of enclosure. This process, which restricts the practice of their way of life through the discourse of development of the nation and even environmental protection, marginalizes these groups again. The interests linked to foreign capital, with the exploitation of bauxite and the attempt to produce energy, have been taking over the nature protection agenda, to guarantee security in the exploitation of the area and commonly violate the human rights of traditional peoples.

Keywords: Conservation units, traditional communities and nature protection.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
OBJETIVO	15
Objetivo Geral	15
Objetivo Específico	15
MATERIAL E MÉTODOS	16
1 A PROTEÇÃO DA NATUREZA.....	19
1.1 Os movimentos ambientalistas	21
1.2 As unidades de conservação no Brasil	26
1.3 Sistema Nacional de Unidades de Conservação	29
2 A BACIA DO RIO TROMBETAS	32
2.1 A ocupação negra no vale do rio Trombetas.....	39
2.2 Núcleo de Gestão Integrada Trombetas	42
2.3 Projeto Quelônios do Rio Trombetas.....	45
2.4 Mineração Rio do Norte	51
3 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	55
3.1 Os quilombos de Oriximiná-PA	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	67
5 CONSIDERAÇÃO FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Espacialização da bacia do rio Trombetas.

Figura 2. Mosaico de áreas protegidas do Vale do Rio Trombetas.

Figura 3. Sobreposição de áreas na bacia do rio Trombetas.

Figura 4. Unidades de Conservação e territórios reivindicados no vale do rio Trombetas.

Figura 5. Residência de palha na comunidade Boa Esperança, interior da REBIO

Figura 6. Identificação dos ninhos da Tartaruga-da-Amazônia.

Figura 7. Ninho de Tartaruga-da-Amazônia

Figura 8. Mapa das praias protegidas no lago Erepecu, PQT 2018.

Figura 9. Chocadeira localizada na base Santa Rosa.

Figura 10. Evento de soltura PQT 2019.

Figura 11. Soltura de filhotes de Tartaruga-da-Amazônia

Figura 12. Área de beneficiamento da bauxita.

Figura 13. Sobreposição Terras Quilombolas e Unidades de Conservação.

Figura 14. Mapa comunidades quilombolas

Figura 15. Situação dos processos minerários em Terras Quilombolas.

Figura 16. Zona de mineração em nas Terras Quilombolas

Figura 17: Aproveitamento Hidrelétrico na Bacia do Rio Trombetas.

Tabela 1. Sobreposição de territórios.

Tabela 2. Resultado PQT 2019.

Tabela 3. Situação fundiária das comunidade quilombolas de Oriximiná.

Tabela 4. Dados comparativos de desmatamento.

SIGLAS

APP – Áreas de Preservação Permanente.

CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo.

FLONA – Floresta Nacional.

FLOTA – Floresta Estadual.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

ISA – Instituto Socioambiental

MRN – Mineração Rio do Norte

NGI – Núcleo de Gestão Integrada

PQT – Projeto Quelônios do Rio Trombetas

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

REBIO – Reserva Biológica.

RESEX – Reserva Extrativista.

TI – Terras Indígenas

TQ – Terras Quilombolas

UCs – Unidades de Conservação

INTRODUÇÃO

A estratégia de proteger a natureza através da criação de Unidades de Conservação (UCs), ou seja, delimitar e proteger uma determinada área com objetivo de garantia da manutenção e reprodução de remanescentes naturais, vem sofrendo diversas críticas de alguns setores ambientalistas. O modelo atual de proteção da natureza no Brasil, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Consersevação (SNUC) é dividido em dois principais grupos.

O primeiro chamamos de unidades de conservação de proteção integral, como Parque Nacional (PARNA), Reserva Biológica (REBIO). O segundo conhecemos como unidades de conservação de Uso Sustentável, como Floresta Nacional (FLONA) e Reservas Extrativistas (RESEX). A principal diferença entre os dois grupos esta na proibição ou liberação da presença de grupos humanos no seu interior, sendo o de proteção integral proibido e o de uso sustentável permitido controladamente. O subcapítulo 1.3 irá discutir o SNUC e as categorias de unidades de conservação com maior aprofundamento.

O grupo com maior direção de críticas é o de proteção integral, principalmente pela proibição da presença de grupos humanos no interior das UCs, ocasionando diversos conflitos socio-territoriais com populações que já ocupavam a área antes da criação das UCs. Neste grupo, incluindo todas as suas 5 categorias de manejos são caracterizados por não permitirem a presença de moradores no seu interior.

A dificuldade em solucionar problemas oriundos da presença ou remoção de moradores no território de UCs, ocasionou intensos embates na discussão sobre o verdadeiro papel das UCs, erguendo intensos debates sobre o reconhecimento das populações tradicionais como fator fundamental para o atual estado de conservação da natureza.

No Brasil, conflitos associados a remoção de famílias, desapropriações, sobreposição de territórios, elevados custos com indenizações, assim como diversas formas de violações dos direitos dos povos tradicionais (indígenas e não-indígenas), são comumente encontradas nas realidades das UCs. No cenário brasileiro segundo Arruda (2000).

35% das Unidades de Conservação da Amazônia se sobrepõem a Áreas Indígenas (...) 39% do conjunto das UCs dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, e Paraná existem moradores. No Paraná, 20% e no Espírito Santo, 25%. Por sua vez as UCs bi-estaduais apresentam 39% moradores no

seu interior (ARRUDA, 2000, p. 274).

No primeiro capítulo será abordado a ideia proteção integral da natureza, onde está a noção de *wilderness* ou “mundo selvagem” difundida por todo o globo a partir da experiência norte americana, com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* em 1876. Os ideias preservacionistas construídos com influência de ambientalistas e romancistas norte-americanos, historicamente utilizam a narrativa da existência de um “mundo selvagem”, onde o ser humano não está incluído, reforçando a dicotomia entre homem e natureza.

A grande propagação e aceitação deste ideal refletiu diretamente para uma padronização das políticas ambientais mundiais, sendo adotada em diversos países (mesmo que ecologicamente distintos), materializando e concretizando a criação de áreas naturais protegidas ou unidades de conservação como conhecemos hoje.

O maior problema é que a realidade ecológica, social e econômica de muitos países tropicais e de terceiro mundo, é completamente distinta de países com clima temperado e já industrializado, como o caso do Estados Unidos. Fatores como a extensão da cobertura florestal, situação do sistema fundiário e a presença ou não de populações tradicionais, interferem nos reais resultados das políticas ambientais e nas unidades de conservação de cada nação.

No Brasil do início do século XX, o movimento ambientalista era fortemente influenciado pela visão preservacionista e a partir da década de 30 inicia-se o processo de criação de unidades de conservação brasileiras. O caráter autoritário da visão preservacionista é possível ser observado em diversos casos onde as população tradicionais (indígenas e não indígenas) são ignoradas no momento de criação das UCs.

No segundo capítulo será realizado a caracterização da área de estudo, contendo o histórico de formação das comunidades quilombolas, o processo de instação da mineradora, como também do órgão ambiental. Outro ponto importante sobre o capítulo, é a apresentação do Projeto Quelônios do Rio Trombetas (PQT), na qual envolve os três principais atores sociais da região e acaba funcionando como experiência positiva na utilização dos conhecimentos tradicionais juntamente com o conhecimento científico.

Historicamente as florestas brasileiras são ocupadas por diversos grupos tradicionais, com enorme variedade étnica e riqueza cultural. O caso do vale do Rio

Trombetas não é diferente. As florestas do vale do Rio Trombetas foram densamente ocupadas por negros que haviam fugido da escravidão das fazendas de cacau da região do Baixo Amazonas (Santarém, Óbidos e Alenquer) durante o século XIX. As comunidades negras ali formadas, tornaram-se o principal destino para aqueles que conseguissem concluir suas fugas (SALLES, 1971).

A apropriação de uma parcela do espaço geográfico por essas comunidades durante praticamente dois séculos, resultou na construção de um conhecimento acumulado sobre as dinâmicas e disponibilidades de recursos dos rios e florestas, além de grande conhecimento em relação ao reconhecimento, classificação, nomeação e comportamento de espécies da fauna e flora. Essas comunidades ainda tem grande relevância para o atual estado de conservação da natureza, sendo fator importantíssimo para dispersão de árvores frutíferas na região.

da segunda metade do século XX, os quilombos do Trombetas passaram a sofrer pressões externas, colocando em risco a presença dessas comunidades na região novamente. As consecutivas tentativas de implementações de usinas hidrelétricas desde a década de 70 e a conclusão da implementação do Projeto Trombetas, onde atualmente ocorre a maior exploração de bauxita do Brasil, realizada pela Mineração Rio do Norte (MRN), vem sendo uma grande ameaça para as comunidades quilombolas.

Além disso, a proximidade da vila de Trombetas com as comunidades, vem ocasionando certa desorganização social e cultural, gerando em muitas vezes, o abandono do trabalho familiar e tradicional em troca de subempregos na vila de Trombetas.

Possuem uma estreita relação de trabalho com a Companytown por meio da cooperativa de prestação de serviços gerais COOPERBOA, o que tem desestruturado seus modos de vida como extrativistas por meio de relações espoliadoras (FONSECA, 2015, p. 27)

Assim, desarticulando modos de vida, a mineradora cria condições históricas para a oferta da mão de obra de que necessita, atenta para os movimentos sociais dos moradores de Boa Vista e de comunidades quilombolas vizinhas (ARCHANJO, 2015, p. 34)

Os quilombos ainda contam com presença de duas UCs federais, a Reserva Biológica do Rio Trombetas (proteção integral) e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (uso sustentável) que também vem interferindo no modo de vida dessas populações. A rigidez da política ambiental em relação a presença de grupos tradicionais, essas

populações são diariamente expostas a violação de seus direitos como de praticar seu modo de vida, moradia, ir e vir reconhecidos pelo Art. 68 da Constituição Federal de 1988.

No terceiro capítulo, será discutido sobre a atual situação fundiária dessas comunidades detalhadamente, além de abordar os prejuízos que essas comunidades vêm sofrendo a décadas, considerando que qualquer interferência nas dinâmicas dos rios e lagos, como por exemplo a poluição e assoreamento do Lago do Batata (devido aos rejeitos produzidos pelo processo de beneficiamento da bauxita) ou desmatamentos de grandes extensões florestais, ocasionando na supressão de produtos aproveitados pelas comunidades (para fins de auto suficiência e renda), geram drásticas e irreversíveis mudanças no seu modo de vida tradicional.

Em relação aos resultados obtidos foi possível observar forte influência do pensamento preservacionista, na qual no NGI Trombetas podemos diagnosticar uma forte relação com o capital privado estrangeiro que se reproduz através da exploração da bauxita. A presença da mineradora na região foi a grande motivadora para a criação das UCs, que forneceu a segurança dos platôs de bauxita para explorações futuras. Porém, por outro lado, a existência das UCs também garantiu simultaneamente, a segurança do território histórico dos quilombos e de sua reprodução socioambiental, mostrando um caráter eficiente das UCs.

Em virtude dos contextos de injustiças em que essas comunidades vêm sofrendo há séculos e pela busca por uma conservação da natureza compatível com a realidade brasileira, este trabalho pretende auxiliar para uma ressignificação das UCs brasileiras, baseada na noção de Etnoconservação proposta por Diegues (2000).

Portanto, existe uma emergência para ambientalistas dos países do sul refletirem sobre uma conservação da natureza a partir de nossa realidade e necessidade, caso contrário, iremos assistir à destruição das florestas tropicais, juntamente com a rica diversidade cultural existente nos povos e comunidades das florestas.

A ressignificação das UCs, deve ser baseada na Etnoconservação, ou seja, na “valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações” (DIEGUES, 2000, p. 41), construindo assim uma nova aliança entre o conhecimento científico e tradicional, integrando os dois modelos de conhecimentos.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral refletir e discutir sobre as bases que sustentam o pensamento ambientalista brasileiro, efetivada através da criação de unidades de conservação. A aplicação deste modelo inicialmente pensado de acordo com a realidade dos países do norte, trouxeram e trazem inúmeras dificuldades e conflitos quando contextualizados na realidade brasileira. Em muitos casos a criação de unidades de conservação restringem a liberdade de certos povos exercerem sua cultura e modo de vida tradicional. Os direitos usurpados dos povos tradicionais são comumente encontrados por todo território nacional, independentemente do bioma.

A escassez de trabalhos que buscam denunciar essas injustiças ou analisar as UCs também com conotação social, fez com que o objetivo deste trabalho fosse diretamente ligado à crítica da base do pensamento preservacionista, sustentado na ideia de não-interferência humana. Ainda vinculado ao objetivo geral, à intenção de divulgar a possibilidade de execução de estudos através da oportunidade oferecida pelo Programa de Voluntariado gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), onde estudantes de diversas áreas do conhecimento ou sociedade civil podem ter acesso à rotina de trabalho em UCs.

Objetivos específicos

Partindo do objetivo geral foram estabelecidos 3 objetivos específicos, sendo eles:

- Analisar a formação socio espacial das comunidades quilombolas do Alto Trombetas, Jamari/ Último Quilombo e Moura, juntamente com o histórico de criação das UCs (Reserva Biológica do Rio Trombetas e Florestas Nacional Saracá-Taquera).
- Compreender e analisar os conflitos existentes no território.
- Analisar o papel ambiental das comunidades tradicionais do vale do Rio Trombetas.

MATERIAL E MÉTODOS

De acordo com os objetivos gerais e específicos estabelecidos, o trabalho busca através de uma abordagem qualitativa, apresentar uma reflexão crítica sobre as bases do pensamento ambientalista brasileiro. O pressuposto deste pensamento fundado na ideia de wilderness, é o que Diegues (1996) chama de “Mito moderno da natureza intocada”, ou seja, na possibilidade de existir uma natureza intocada pelo ser humano, onde os processos biológicos não teriam influência alguma do ser humano. Este mito tem se enraizado nas bases do pensamento ambientalista mundial, ocasionando diversos problemas devido a incompatibilidade com a realidade ecológica e social dos países de terceiro mundo, repleto de diversidade cultural e biológica.

O trabalho aponta para uma busca pela ressignificação das UCs, através da valorização dos conhecimentos tradicionais e do reconhecimento dessas populações no espaço natural, ou seja, do reconhecimento de uma natureza já transformada e significada por certo grupo, uma segunda natureza como cita Santos (1978). Para o autor o espaço estará sempre associado ao ato de produzir, sendo assim, cada sociedade irá produzir o seu espaço de acordo com seu modo de produção e seus instrumentos de trabalho.

Outro ponto importante é o reconhecimento da totalidade social, na qual é composta por uma estrutura com grande potencial degradante da natureza, nos auxilia a refletir de maneira mais profunda, sobre a natureza da estratégia escolhida para conservar ou preservar a natureza.

O espaço mesmo sendo um conceito chave para ciência geográfica, sempre foi um conceito muito presente no cotidiano de todas as sociedades, adquirindo uma enorme variedade de escalas e definições. Essas multiplicidades de espaços possíveis nos mostram tamanha complexidade do conceito. Analisar as relações que compõem e estruturam o espaço dos quilombos no vale do rio Trombetas, se torna tarefa ainda mais difícil.

Em virtude das multiplicidades de fatores que influenciam o estudo do espaço, incluindo suas dimensões políticas, sociais, econômicas e naturais, o conceito de território ganha evidência, auxiliando para uma análise mais integradora. A utilização do conceito de território nos auxilia na busca de uma visão integradora do espaço, revelando intensas relações entre processos sociais e o espaço material

(natureza). O caráter relacional enfatizado pelo conceito de território, estabelecido no interior das relações de poder, diagnosticam um viés que fluidez e movimentação, variante no espaço-tempo.

Para Haesbaert (2006) o território sempre está associado as múltiplas dimensões de poder e consequentemente sempre associado à dimensões políticas.

Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir de imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2006, pag. 79).

Além disso, o conceito de território abordado neste trabalho, leva em consideração as dimensões materiais (uso da terra) e culturais (simbólicas-religiosas), que através das territorialidades, estruturam um território histórico com enorme riqueza cultural e natural.

A unicidade existente entre natureza e homem para esses povos, influenciaram nas formas de territorialidades, assim como na domesticação de espécies de árvores frutíferas e animais, mantendo os ciclos naturais e florestas em perfeito estado. Em relação à perspectiva cultural.

O objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica (CLAVAL, 2002, pag. 20).

Sendo assim, trabalhos que apontam para uma análise integrada das UCs, considerando o meio natural também sob perspectivas físicas, sociais, culturais e político-geográficas, vem se tornando cada vez mais comum.

Nesta perspectiva, a ciência geográfica é capaz de realizar análises profundas sobre as diversas formas em que o ser humano se apropria e relaciona com o espaço geográfico, evidenciando conceitos como território, auxiliando para realização de uma análise das UCs como espaços “vividos” e planejados envolvendo complexos contextos sociais e políticos.

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se principalmente a observação direta e revisão bibliográfica.

A observação direta é caracterizada pela coleta de dados em campo, atividade realizada durante o período do voluntariado. A realização do campo é uma atividade

essencial para a ciência geográfica e para pesquisas que envolvam comunidades tradicionais (DIEGUES, 1996).

Durante os três meses de voluntariado em Trombetas foram desenvolvidas diversas atividades, nas quais envolviam a relação entre o ICMBio, comunidades tradicionais e mineração, englobando muitas vezes distintos pontos de vistas sobre a conservação da natureza. Portanto, para a Geografia o trabalho empírico seguido do laboratório tem extrema importância.

Vale destacar, a importância das conversas informais para as observações diretas, principalmente quando se trata das comunidades tradicionais, na qual através da linguagem “expressam seus valores, suas preocupações e seus pensamentos” (LAPLANTINE, 1943, p. 10), área muito valorizada dentro da antropologia linguística.

Já a revisão bibliográfica utiliza-se de documentos científicos, como artigos, teses, dissertações e livros, aprofundando assim o conhecimento de certos conceitos.

1 A PROTEÇÃO DA NATUREZA

Desde os primórdios civilizações das mais distintas regiões do planeta, estabelecem diversas maneiras de se relacionar e proteger a natureza, na maioria das vezes, essa relação está sempre associada com a busca pela auto suficiência de seu grupo.

Sendo assim, a preocupação em proteger a natureza é realizada pela espécie humana há muito tempo, presente em diversas sociedades primitivas, como exemplifica (Davenport e Rao, 2002 apud JÚNIOR, 2009 p. 31) “Na Índia, 400 anos antes de Cristo, todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas; 700 anos antes de Cristo, nobres assírios estabeleceram reservas de caça, similares às reservas de caça do Império Persa na Ásia Menor, estabelecidas entre 550 e 350 anos antes de Cristo; na China, foram estabelecidas leis de proteção para planícies úmidas durante o sexto século depois de Cristo; Veneza criou reservas de veados e javalis no início do século VIII; na Bretanha, foram promulgadas leis florestais no século XI”.

Nos povos indígenas da América pré-colombiana podemos destacar à íntima relação existente entre homem e natureza, onde sua maior dependência em relação ao mundo natural, é sempre associada a um imaginário mítico e religioso de respeito aos ciclos naturais. Vale ressaltar, a existência de enorme diversidade cultural nesses grupos, que se relacionam e se apropriam do espaço geográfico de diversas maneiras, formando o seu território particular.

A controvérsia quando se trata dos números de indivíduos antes da chegada dos colonizadores, sendo estimada entre 10, 50 e até 70 milhões de indivíduos. Fato é que, distribuídos de forma desigual no espaço-tempo e com níveis diferentes de organização social, o continente americano já era ocupado por uma vasta população, que por milhares de anos viveu de forma harmônica com a natureza, praticamente numa relação de simbiose. Em relação ao número de indivíduos, Ribeiro (1995) sinaliza.

Os grupos indígenas encontrados no litoral pelo português eram principalmente tribos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. Somavam, talvez, 1 milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Esses grupos espalhados por todo continente sul-americano, ocupavam e interagiam com as florestas tropicais de diversas maneiras, essa interação certamente

resultou numa carga de conhecimento acumulado sobre as dinâmicas e ciclos naturais das florestas, passando a participar e até intensificar a biodiversidade local, como relatado por Scoles (2011) em relação a influência das comunidades quilombolas do rio Trombetas com a presença dos castanhais, sendo a presença de grandes castanhais uma das principais motivações para a existência da Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO Trombetas).

Os planejamentos e técnicas com objetivos de minimizar os efeitos causados pela exploração dos recursos naturais já era e ainda é executado com certa racionalidade por comunidades tradicionais e são decorrentes de naturais interações entre homem e natureza há muito tempo.

Mas a partir do século XIX, principalmente pela intensificação dos processos industriais e agrícolas (reflexos da revolução industrial), houve uma drástica mudança nesta relação, como relata Diegues (1996, 2000), informando que neste período houve uma mudança na concepção de relação entre sociedade e natureza, onde a natureza somente poderia ser preservada longe da espécie humana.

Os preservacionistas puros como eram chamados os ambientalistas norte-americanos do século XIX, passaram a se preocupar com a acelerada destruição dos remanescentes de natureza que ainda resistiam ao processo de industrialização nos Estados Unidos durante este período.

Alguns eventos como a Marcha para o Oeste, influenciaram na concretização da concepção de *wilderness*, onde a dicotomia entre natureza e humanos era reforçada. O movimento que visava a expansão territorial e ocupação do Oeste americano, foi incentivado por políticas governamentais de ocupação da região, já que para o governo norte-americano o Oeste era um “espaço vazio”, desconsiderando a presença de grupos indígenas.

Mesmo não havendo indícios de grandes populações indígenas nos Estados Unidos, em comparação ao Incas, Maias, Astecas e Tupis encontrados em outros pontos do continente americano, a presença de grupos indígenas no Oeste é um fato. Como afirma (Kemf, 1993 apud DIEGUES, 1996 p. 29) “o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, não foi criado em uma região vazia, em 1872, mas em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock.”

O acelerado avanço em direção ao Oeste americano, resultou em elevados índices de desmatamentos, acompanhado de diversas formas de violência contra os

indígenas, gerando milhares de mortes e perda de terras por parte dos indígenas. É neste cenário de marginalização dos povos indígenas e de destruição do meio natural que os ideais preservacionistas são construídos.

Influenciados pelo naturalista Henry Thoreau e por escritas românticas sobre o meio natural, houve uma mega valorização dos atributos estéticos da natureza, onde a beleza cênica era venerada e sempre associada à pureza e espiritualidade (DIEGUES, 1996). Essa visão construída exclusivamente pelo homem urbano industrial foi massivamente aceita na sociedade ocidental. Diegues (1996) ainda salienta que, essa ideia está associada à noção do mito do paraíso perdido, estabelecidos por religiões cristãs principalmente, criticando que as bases do pensamento preservacionista está associada a princípios religiosos e não científicos.

Inevitavelmente, as condições materiais encontrada pelo Estados Unidos durante o século XIX, refletiram na criação de áreas protegidas sem a presença de grupos humanos, já que a relação entre homem e natureza para os preservacionistas puros era intrinsicamente negativa, devido à destruição ocasionada pela experiência da industrialização norte-americana.

A importação deste modelo físico-territorial para países de terceiro mundo com realidade ecológica distinta, majoritariamente ocupados por grandes extensões florestais e ocupadas por populações humanas, trouxe inúmeros conflitos de caráter socioambiental. Como afirma Diegues (1996).

É fundamental enfatizar que a transposição do “modelo Yellowstone” de parques sem moradores de países industrializados e clima temperado para países de Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas (DIEGUES, 1996, p. 39).

A ideia de preservar remanescentes “intocados” como ilhas ou refúgios para vida silvestre, passou a ser adotada por todo o globo, principalmente durante o século XX. No caso brasileiro, as UCs seguindo a noção de *wilderness* começam a ganhar evidência a partir da década de 30 com a criação de três parques nacionais, são eles: o Itatiaia (1934), Serra dos Órgãos (1939) e Iguaçu (1939).

Nessa década o Brasil passava por grandes transformações econômicas e sociais, marcadas pela transição de um país agrário para um país urbano-industrial. Esta transição fez com que os debates relacionados a conservação da natureza se intensificassem.

1.1 Os Movimentos ambientalistas

No interior do movimento ambientalista existem dois grandes grupos com inspirações filosóficas distintas, onde cada grupo discute a relação com a natureza e de que forma devemos protegê-la.

O primeiro chamamos de Ecocêntrico ou Biocêntrico, este grupo busca visualizar o mundo natural em sua totalidade, considerando o ser humano apenas como mais um ser vivo em meio a vários. Para os biocêntricos, existe uma unicidade entre homem e natureza e atribuem valor à natureza independente de sua utilidade. Já na visão Antropocêntrica, a dicotomia entre homem e natureza é reforçada, sendo o homem detentor do direito de controle sobre a natureza. Nesse grupo, a proteção da natureza só é justificada caso houver benefício para humanidade (DIEGUES, 1996).

As ideias preservacionistas apesar de serem concretizadas no século XIX no Estados Unidos, tem sua origem na Inglaterra durante o século XVIII. Neste período, segundo (Keith Thomas 1983 apud DIEGUES, 1996 p. 25) “havia uma valorização de concepções de um “mundo selvagem” domesticado, onde o homem era considerado o dominador, enquanto os animais eram destituídos de direitos e sentidos”. Ainda segundo (Thomas, 1983 apud DIEGUES, 1996 pag. 25) “alguns indivíduos eram vistos como animais, pois não se comportavam como civilizados (os pobres, as mulheres, os jovens, os doentes mentais, os aleijados), por isso podiam ser sujeitados ou marginalizados.”

Claramente a concepção dominante na Inglaterra do século XVIII, era influenciada pela visão antropocêntrica da natureza, valorizando a autoridade humana sobre a natureza. Essa concepção perdurou até meados do século XIX com advento noção de *wilderness*, contrapondo principalmente a ideia de domesticação do mundo natural.

Durante o século XIX houve por parte dos preservacionistas norte-americanos, uma super valorização da beleza cênica natural, na qual deveria ser mantida distante do homem para manter-se preservada. Com a concretização da revolução industrial e consequentemente intensificando os problemas ambientais nas cidades, como a poluição do ar e rios, houve uma valorização da vida no campo, sendo associada frequentemente como um local de aspecto puro, de reflexão, contemplação e até de isolamento espiritual (DIEGUES, 1996). Nessa perspectiva e com acelerados

índices de urbanização encontrado no Estados Unidos, gerou uma certa preocupação em como proteger o “mundo selvagem”.

Percebe-se que os ideais dos preservacionistas puros, vão de acordo uma visão biocêntrica da natureza, pois a ideia de direito a domesticação da natureza passa a ser questionado. Os ideais preservacionistas, veem a proteção da natureza independente de sua utilidade para a espécie humana, porém a estratégia de como protege-la, pensada exclusivamente pelo homem urbano, ignorando e desvalorizando o conhecimento contido em população que se relacionam com a natureza, e colocando-se na posição de determinar o que é o “mundo selvagem” com base em seus ideias e suas necessidades (DIEGUES, 1996).

Para as comunidades tradicionais a ideia de mundo selvagem é incompreensível e a usurpação de suas terras com base no discurso da preocupação ambiental e do bem da nação não faz sentido (DIEGUES, 1996). Podemos observar essa relação na carta escrita pelo Cacique da tribo Seattle em 1854, para o presidente do Estados Unidos, Franklin Pierre.

Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção da terra para ele, tem o mesmo significado que qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue o seu caminho (ADAS, 1982, p.324)

Os ideais preservacionistas em relação a concepção de mundo selvagem, são na verdade, apenas reflexos das condições materiais estabelecidas pela própria classe envolvida com a degradação do ambiente natural, onde excluem a participação e o reconhecimento de povos que vivem em harmonia com a natureza há séculos.

Até meados da década de 60 a noção de *wilderness* ainda era muito presente dentro dos movimentos ambientalistas do Norte e do Sul, mas a partir das últimas décadas do século XX, em diversas nações (mas principalmente dos países de terceiro mundo), foi possível observar o surgimento de novos movimentos ambientalistas (DIEGUES, 2000).

Esses movimentos que criticam a noção de *wilderness*, buscando uma renovação na relação entre homem/ natureza e na forma de como protege-la. Sendo assim, a partir dos momentos de efervescência da década 1960, nos países desenvolvidos, as bandeiras das lutas ecológicas alcançaram grande força política. Neste período, o movimento ambientalista uniu-se com outras pautas de cunho social,

como a reforma agrária, não aceitação de usinas nucleares, desigualdades sociais entre outras (DIEGUES, 1996).

Atualmente existem três principais escolas/ correntes ecológicas com grande influência nos debates em relação a proteção da natureza, são elas: a Ecologia Profunda, Ecologia social e o Eco-marxismo.

A ecologia profunda foi um movimento predominantemente de enfoque biocêntrico, que mantinha em sua base, grande influência espiritualista e religiosa, principalmente em relação a adoração do mundo natural através das belezas cênicas. Para os ecologistas profundos, o homem não tinha o direito de dominar a natureza (rompendo com a ideia de domesticação), e a mesma deveria ser preservada independente de sua utilidade e benefícios ao bem estar humano. É possível observar as influências dos pensamentos preservacionistas quando os ecologistas profundos afirmam que para o desenvolvimento da vida não humana e da biodiversidade, era necessário um distanciamento entre homem e natureza, pois para os ecologistas profundos a ideia de equilíbrio natural ainda está enraizada (DIEGUES 1996, 2000)

Já na visão da ecologia social (também de enfoque biocêntrico), a degradação ambiental está diretamente ligada a ordem capitalista, observando a acumulação capitalista como principal força para destruição da natureza. Além disso, diferentemente dos ecologistas profundos, onde o homem é visto como uma espécie diferenciada, os ecologistas sociais veem o homem como um ser social e apenas mais uma espécie dentre milhares de outras existentes na natureza.

A corrente ecomarxista ou ecosocialista tem sua origem associada a crítica interna da visão marxista clássica sobre a natureza. Para os ecomarxistas, Marx em suas escrituras, considera a natureza “apenas em virtude da ação transformadora do homem, por meio do processo de trabalho” (DIEGUES, 1996, p. 49), configurando-a em estática. Outra crítica apresentada pelos ecomarxistas, é que a visão marxista clássica não se preocupa com os conflitos socioambientais. A união das lutas econômicas, sociais, políticas, culturais e ecológicas, juntamente com surgimento de movimentos sociais que paralelamente combatem a destruição da natureza, são debatidas pelos ecomarxistas desde a década de 60 (DIEGUES 1996, 2000).

No Brasil a partir da década de 70, os reflexos de um novo ecologismo começam a surgir no interior de movimentos ambientalistas, que juntamente com as comunidades tradicionais, criticam o predominante modelo preservacionista. Esse

movimento, segundo Diegues (1996), chama-se “ecologismo social” e aproxima as discussões sociais e ambientais, caracterizando-se pela preocupação com o futuro das comunidades tradicionais e pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, altamente concentrador e destruidor da natureza.

A preocupação com a realidade social e ambiental envolvendo as comunidades tradicional passa a ser valorizada no interior deste novo ecologismo, sendo aderida por diversos movimento sociais, a exemplo do Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Pescadores Artesanais, Movimento Indígena, entre outros. Diegues (2000) reitera.

Para esses movimentos, de conotação social e ambientalista, há necessidade de se repensar a função dos parques nacionais e reservas, incluindo aí os interesses e os modos de vida de seus moradores tradicionais (DIEGUES, 2000, p. 21).

Esse ambientalismo começou a influenciar uma nova forma de ver a conservação, propondo a participação das comunidades tradicionais no planejamento e gestão das atividades de conservação e possibilitando, por exemplo, a inclusão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a expansão das reservas extrativistas, etc” (DIEGUES, 2000, p. 21).

Em consequência desse novo ecologismo, as populações tradicionais do Brasil passam a ter voz mais ativa na política, contrapondo as autoritárias políticas públicas ambientais impostas pelo Estado brasileiro. Os principais interesses deste movimento, era o reconhecimento e titulação de suas terras, defendendo a realização da reforma agrária, democratizando a terra e possibilitando a geração e distribuição de renda para pequenos grupos extrativistas, sem a devastação da floresta (DIEGUES, 1996).

Por outro lado, a posição brasileira no mercado mundial, como grande exportadora de *commodities*, trouxe e traz diversos prejuízos ambientais à nação, ocasionando devastações do meio natural em grandes proporções desde 1500. A histórica posição de exportador de recursos naturais, resultou em prejuízos não só ambientais, mas também sociais. Atualmente este mesmo cenário ainda coloca em risco outros biomas como Cerrado e Amazônia.

Durante grande parte da trajetória do movimento ambientalista brasileiro, as influências de países desenvolvidos podem ser observadas, seja pelo modelo preservacionista de proteger a natureza ou econômico. Nesta linha de pensamento, podemos observar que a natureza da degradação ambiental está associada ao modelo de desenvolvimento econômico nacional, que conta com grande potencial

devastador.

Atualmente o modelo de conservação vem sofrendo influências de grandes empresas e ONGs estrangeiras, entidades, organizações e bancos supra e internacionais, mas raramente com a participação de comunidades tradicionais. É extremamente necessário realizar uma ressignificação da relação com a natureza a partir da realidade nacional, reconhecendo os povos da floresta e incluindo-os na gestão das nossas unidades de conservação.

1.2 Unidades de Conservação no Brasil

A estratégia de criação das unidades de conservação com objetivos de proteger a natureza, através de distintas categorias de manejo, como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Extrativistas entre outras, é relativamente recente. O que a torna recente, é fato de antigas civilizações humanas já realizarem outras formas de proteção à natureza, mesmo que não estruturalmente pensadas.

Contudo, a partir da experiência da criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872), iniciou-se uma grande investida na criação de áreas protegidas por todo o planeta. De forma padronizada, diversos países aderiram a este movimento, sendo estimuladas inicialmente por Estados e posteriormente por organizações financeiras supranacionais como: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como também as Organizações Não-Governamentais (ONG's). Outro fator importante para o avanço das políticas de proteção, foram os avanços da biotecnologia para fins medicinais, durante o século XX.

No Brasil, apesar de algumas tentativas de implementações de políticas públicas ambientais no século XIX, como a criação de parques nacionais de Sete Quedas e na Ilha do Bananal em 1876, a união de grupos ambientalistas culminou na criação do Serviço Florestal de São Paulo em 1896. Mas somente na década de 1930 observamos avanços significativos nos aparatos jurídicos e institucionais. As transformações decorrentes da transição de um país agrário para um país urbano-industrial, tornou a preocupação ambiental uma discussão nacional, obrigando um posicionamento por parte dos governantes.

Com a preocupação ambiental tornando-se prioridade em diversos países do mundo durante o início século XX, o movimento ambientalista brasileiro ainda com uma visão influenciada pelos preservacionistas puros, realizou em 1934 a Conferência Brasileira de Conservação de Proteção à Natureza, onde foram estabelecidas

iniciativas importantes para temática, como a criação do primeiro Código Florestal, o Código das Águas, Código da Caça e Pesca, medidas de proteção de animais e a constituinte que estabelecia a conservação da natureza como responsabilidade do Estado (FONSECA, 2015).

O primeiro período de criação de UCs no Brasil, inicia-se em 1934 com a efetivação do parque nacional do Itatiaia (pioneiro na criação de UCs no Brasil) e posteriormente os parques nacionais do Iguaçu e Serra dos órgãos em 1939, todos na Mata Atlântica. A criação desses parques na Mata Atlântica, se dá principalmente pelo avançado nível de degradação deste bioma, resultando na criação de UCs de proteção integral, ou seja, sem a presença de grupos humanos. Mesmo seguindo a noção de *wilderness* do pensamento preservacionista, o caso brasileiro tem suas especificidades.

As áreas de proteção integral no Brasil, entretanto, apresentam distinções em relação ao modelo de paisagens intocadas dos norte-americanos (...) No padrão que prevaleceu nos Estados Unidos, os parques nacionais foram decretados preferencialmente em locais não ocupados pelos colonizadores, sendo portanto paisagens relativamente naturais (apesar da presença de indígenas em muitas áreas). No Brasil, priorizou-se a ocupação de áreas onde havia concentração populacional e de atividades humanas para conservação de ecossistemas remanescentes (JÚNIOR, COUTINHO, FREITAS, 2009, p. 39).

Durante o período entre 1940 até o início da ditadura militar as políticas ambientais ficaram praticamente estagnadas, o que ocorreu, foi a criação de novas unidades de conservação, na sua maioria de proteção integral e poucos casos de novas unidades de conservação de uso direto ou sustentável, como a Floresta Nacional de Araripe- Apodi no Ceará, categoria prevista no Código Florestal desde 1934.

O segundo período de criação das UCs brasileiras ocorreu durante os governos militares, sendo caracterizado por um caráter centralizador e autoritário. Este período é marcado por diversas contradições, pois, apresentam avanços, como a criação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e diversos pontos negativo, como a criação de um projeto de desenvolvimento da Amazônia incompatível com a realidade nacional, gerando intensos conflitos territoriais e impactos socioambientais.

Em um projeto similar ao realizado nos Estados Unidos (Marcha para o Oeste), os governos militares motivados principalmente pela preocupação com o controle territorial na Amazônia brasileira, buscavam um projeto que visava ocupar os espaços “vazios” do Norte brasileiro. A execução deste projeto fundado no mito da natureza

intocada, visava uma ocupação com base na construção de grandes rodovias e grandes empreendimento energéticos e mineradores.

Na Amazônia foram criadas diversas UCs de proteção integral com grandes extensões territoriais como alternativa para frear os avanços da mineração e usinas, mas principalmente com o objetivo de controlar o território, como sinaliza Archanjo (2015) “as lutas e conflitos territoriais na Amazônia acompanham a disputa pelo controle e acesso a economia extrativista dos recursos florestais e minerais. (ARCHANJO, 2015, p. 21).

Na maioria dos casos, os processos de criação das UCs deste período, são caracterizados por políticas autoritárias, sem estudo prévio ou diálogo com as populações tradicionais, gerando uma herança de conflitos com grandes impactos ambientais e sociais, acompanhados pela violação dos direitos indígenas e tradicionais, assim como direitos humanos.

O terceiro período (pós ditadura militar) é marcado pelos avanços nas discussões das políticas ambientais, na formação e consolidação de grupos ambientalistas e na aproximação das instituições internacionais e Estados nacionais. Além da aproximação de instituições internacionais, o processo de redemocratização também aproximou alguns setores da sociedade civil das políticas ambientais, que até então teriam sido conduzidas exclusivamente pelo Estado.

Durante esse período a criação de UCs com base no modelo norte americano ganham força, multiplicando o número das UCs brasileiras. Mesmo com os avanços em relação ao número de novas áreas protegidas, ainda era necessário pensar em uma maneira de proteger a natureza compatível com a complexa realidade ecológica brasileira, incluindo as diversas populações que viviam nesses territórios.

Nos anos 2000 foi criada a última lei de grande relevância para as políticas ambientais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), passando a incorporar pela primeira vez, os interesses das comunidades tradicionais nas políticas públicas ambientais, evoluindo a discussão sobre biodiversidade e na criação de novas categorias de manejo, buscando atender a diversidade social e ecológica brasileira.

A criação do SNUC possibilitou a formalização de um sistema nacional integrado, o que até então era realizado a partir das decisões dos Estados. O SNUC estabeleceu um padrão atribuído por categorias de manejo, incluindo todas as esferas

do Estado (federal, estadual e municipal). Mesmo com grandes avanços adquiridos, o SNUC ainda está longe da perfeição e ainda gera muitos embates entre conservacionista e preservacionistas.

1.3 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Após décadas de debates envolvendo proprietários de terra, setores produtivos, ambientalistas (preservacionista e conservacionistas) e movimentos ligados as comunidades tradicionais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi aprovado em 2000.

A sua aprovação resultou pela primeira vez no Brasil, a configuração de uma lei ambiental com caráter nacional, possibilitando uma padronização, envolvendo as formas de criação e gestão das UCs, além de incluir também a iniciativa privada com as Reserva Particular do Patrimonio Natural (RPPN).

Com o SNUC foi possível definir uma política ambiental ampla e descentralizada, envolvendo distinto setores da sociedade e não apenas o poder público. A possibilidade de gestão compartilhada passou a existir, juridicamente os interesses das populações tradicionais passaram a ser reconhecidos, a criação de um sistema com diversas categorias de manejo com distintos graus de proteção e características passam a compor o SNUC, a necessidade de todas as UCs desenvolverem um plano de manejo e a necessidade de estudo prévio antes da criação, foram alguns avanços adquiridos com o desenvolvimento do SNUC.

O SNUC estabelece uma divisão das categorias de manejo em dois grandes grupos, que se diferenciam principalmente pelo grau de proteção das UCs, sendo o primeiro de proteção integral e o segundo de uso sustentável.

As UCs de proteção integral são aquelas que não permitem a presença de humanos no seu interior e tem suas atividades permitidas apenas de forma indireta ou para fins científicos. Segundo a lei 9985/2000 que estabelece o SNUC “o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (Lei 9985/2000, p. 9).

No grupo das UCs de proteção integral, são contidas 5 categorias de manejo, são elas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre, cada uma com seus respectivos objetivos e graus de proteção.

Já as UCs de uso sustentável permitem a exploração dos recursos de forma controlada e fiscalizada, assim como a presença de moradores tradicionais ou não. Segundo a lei 9985/2000 que estabelece o SNUC “o objetivo básico das unidades de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Lei 9985/2000, p. 9).

Este grupo é composto por 7 categorias, sendo elas: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural, cada uma com seus objetivos específicos.

Vale ressaltar que algumas das categorias pertencente ao grupo de uso sustentável, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a Reserva Extrativista (RESEX), foram conquistadas devido a organização de movimentos de conotação socioambiental, ligado aos povos tradicionais que durante o período de redemocratização emergiam na política brasileira buscando seus direitos.

As influências dos preservacionistas do norte no SNUC ainda são muito claras e precisam ser revisadas. A ideia de natureza intocada ou mundo selvagem ainda é muito presente e ocasiona grandes conflitos com populações locais, principalmente quando nos referimos ao grupo das UCs de proteção integral.

Podemos observar essa influência facilmente no Art. 11 da Lei 9985/2000 que institui o SNUC, no que trata especificamente sobre a categoria de Parque Nacional, pertencente ao grupo de proteção integral.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei 9985/2000, p. 10).

Na definição do objetivo básico dos parques nacionais encontrada no SNUC, podemos observar as influências do pensamento preservacionista, principalmente em relação a valorização da beleza cênica, o interesse no turismo ecológico e a proibição da presença de grupos humanos são evidenciados. Retirar moradores tradicionais em nome de um turismo elitizado, onde o homem urbano usufruir, é uma injustiça sem tamanho.

Mesmo com grandes avanços em relação as discussões sobre a biodiversidade, populações e conhecimentos tradicionais, o SNUC deve ser

aprimorado e utilizado pelos ambientalistas do Sul como uma possível ferramenta para construção e efetivação de uma conservação da natureza soberana, que respeite a realidade ecológica, social e cultural brasileira.

2 A BACIA DO RIO TROMBETAS

A bacia do rio Trombetas abrange uma área de 136km², totalizando 3 estados brasileiros, sendo eles: o Amazonas, Pará e Roraima (Figura 1). A bacia tem como seu principal rio, o Trombetas, com 730km de extensão, atuando como um importante afluente de águas claras da margem esquerda do rio Amazonas. As nascentes do rio Trombetas têm origem na fronteira do Brasil com a Guiana e sua formação é composta pelo rio Cachorro, rio Mapuera e rio Ereperecu, seus principais tributários (MMA/IBAMA, 2004).

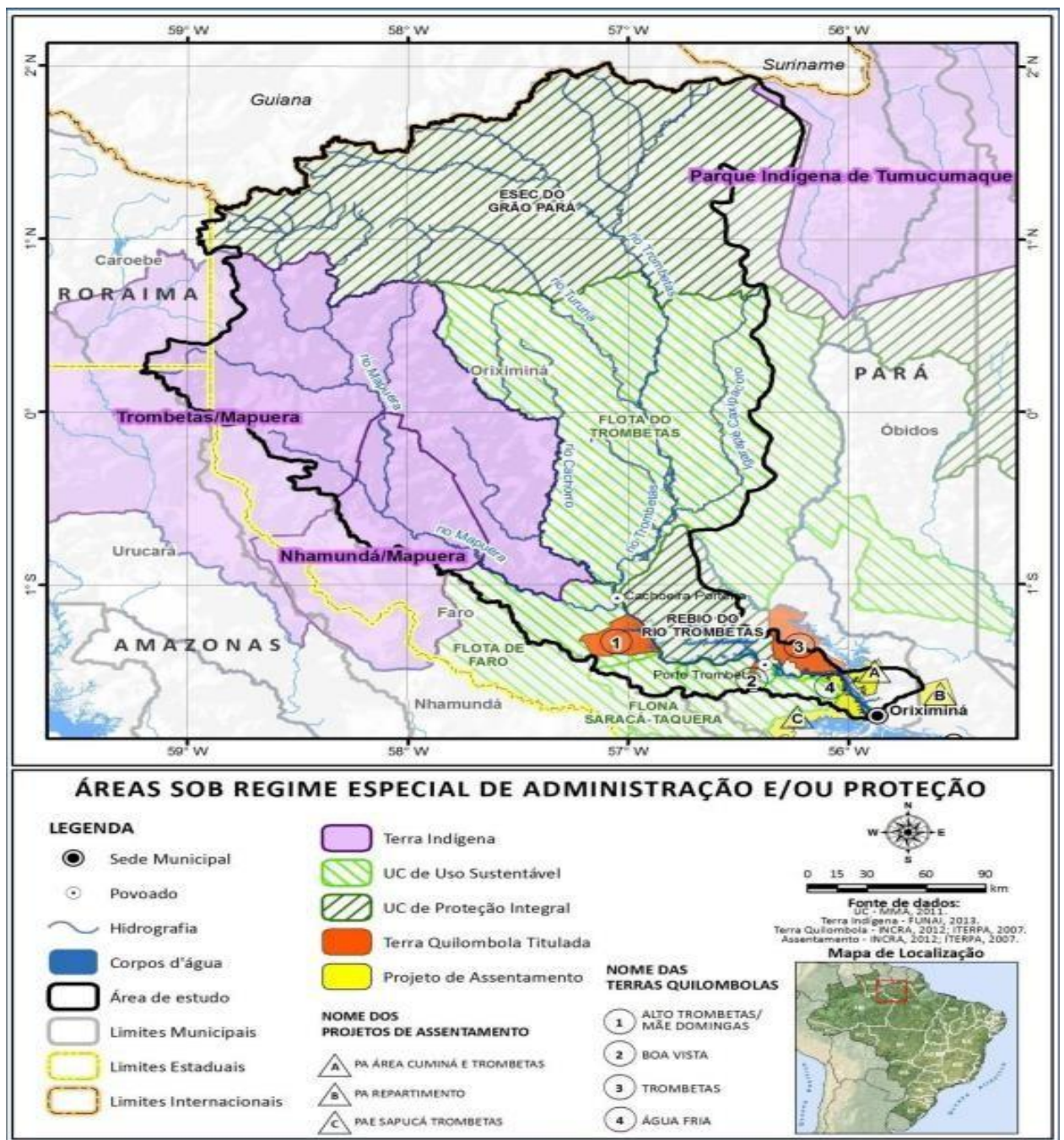


Figura 1: Espacialização da bacia do rio Trombetas.

Fonte: Estudo de inventário hidrelétrico da bacia do rio Trombetas (EPE), 2015.

A bacia configura-se numa extensa e densa área com predominância de ecossistemas naturais, compostos principalmente por florestas, mas também por grandes lagos e rios. Fitogeograficamente a região está inserida no domínio das terras baixas florestadas da Amazônia, com cobertura florestal composta principalmente pela Floresta Ombrófila de Terra Firme, normalmente caracterizada com alta pluviosidade e pela presença de floresta inundadas, os Igapós. Em relação a fauna da região existe uma enorme variedade de espécies encontradas nos limites e entorno das UCs, porém a ocorrência da Tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis Expansa*) merece destaque (MMA/ IBAMA, 2004).

A ocorrência da Tartaruga-da-Amazônia, maior quelônio de água doce do mundo, assim como, diversas outras espécies da fauna e flora, como por exemplo, a presença de grandes castanhais com alta produtividade, fazem com que a região tenha grande interesse na proteção da natureza.

O bom estado de conservação do ecossistema da região, deve-se principalmente pela presença de UCs (REBIO Trombetas e FLONA Saracá-Taquera), que juntas somam 68% do território total da bacia, segundo o relatório de caracterização socioambiental, produzidos pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE). A presença das comunidades tradicionais na região também tem grande influência para o bom estado da conservação dos ecossistemas, como observa Scoles (2011) em seus estudos sobre as castanhais da região.

Atributo importantíssimo na bacia, é a ocorrência de comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, com enorme riqueza cultural e que durante séculos mantêm profundas relações com a natureza de forma sustentável. Porém a existência desses grupos corre risco, devido a atuação de grandes empreendimentos energéticos, mineradores e madeireiro na região, tornando a área propícia à ocorrências de conflitos por conta de interesses na exploração dos recursos naturais.

O Pará, além de ser Estado no qual a bacia ocupa maior extensão, é também o Estado qual as UCs alvo deste estudo pertencem, no caso são: a REBIO Trombetas e a FLONA Saracá-Taquera. Essas duas UCs compreendem os municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro. Para além das áreas protegidas à nível federal, no entorno existem também áreas de proteção à nível estadual, a Floresta Estadual do Trombetas (FLOTA Trombetas) e a Floresta Estadual de Faro (FLOTA Faro), como também Terra Indígenas e Quilombolas (figura 2).

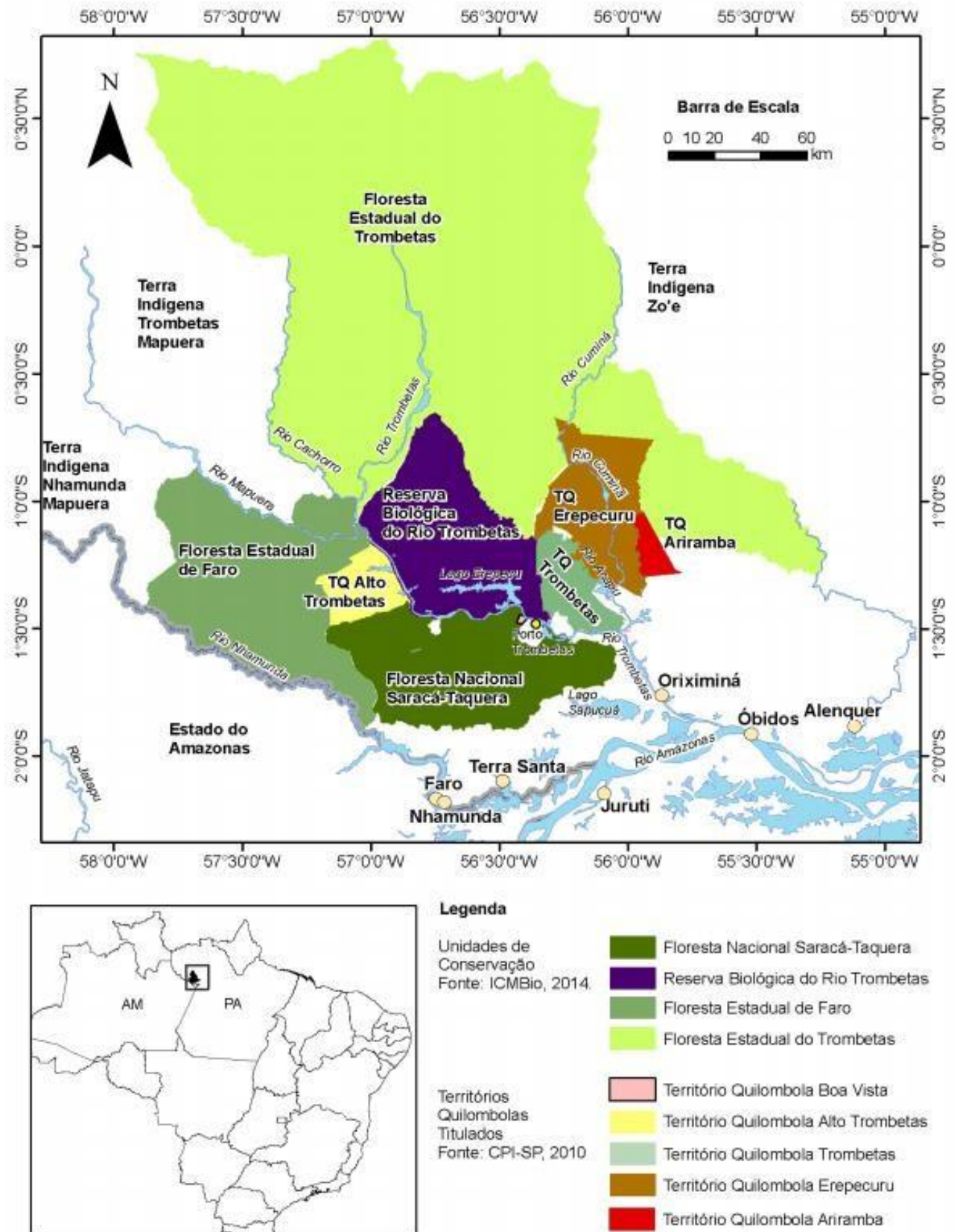


Figura 2: Mosaico de áreas protegidas do Vale do Rio Trombetas.

Fonte: FONSECA, 2015, pág. 2

De acordo com o relatório da caracterização socioambiental e análise de conflitos, produzido pela EPE, publicado em 2015, foi constatado que os territórios de Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TI) e Terras Quilombolas (TQ) no interior da bacia somam 97% total da área, além de revelar uma sobreposição entre esses territórios.

A sobreposição de territórios atualmente é um dos conflitos mais relevantes na região (FONSECA, 2015). As comunidades reivindicam a regularização do TQ Alto Trombetas, Jamari/ Último Quilombo e Moura. Em 2003 o TQ Alto Trombetas teve uma área parcialmente titulada, pois está fora da área de unidade de conservação.

As áreas que ainda estão em processo de regularização (Alto Trombetas, Jamari/ Último Quilombo e Moura) estão sobrepostas as áreas que hoje pertencem ao poder público (Reserva Biológica e Floresta Nacional), dificultando a solução desses problemas (Figura 3).

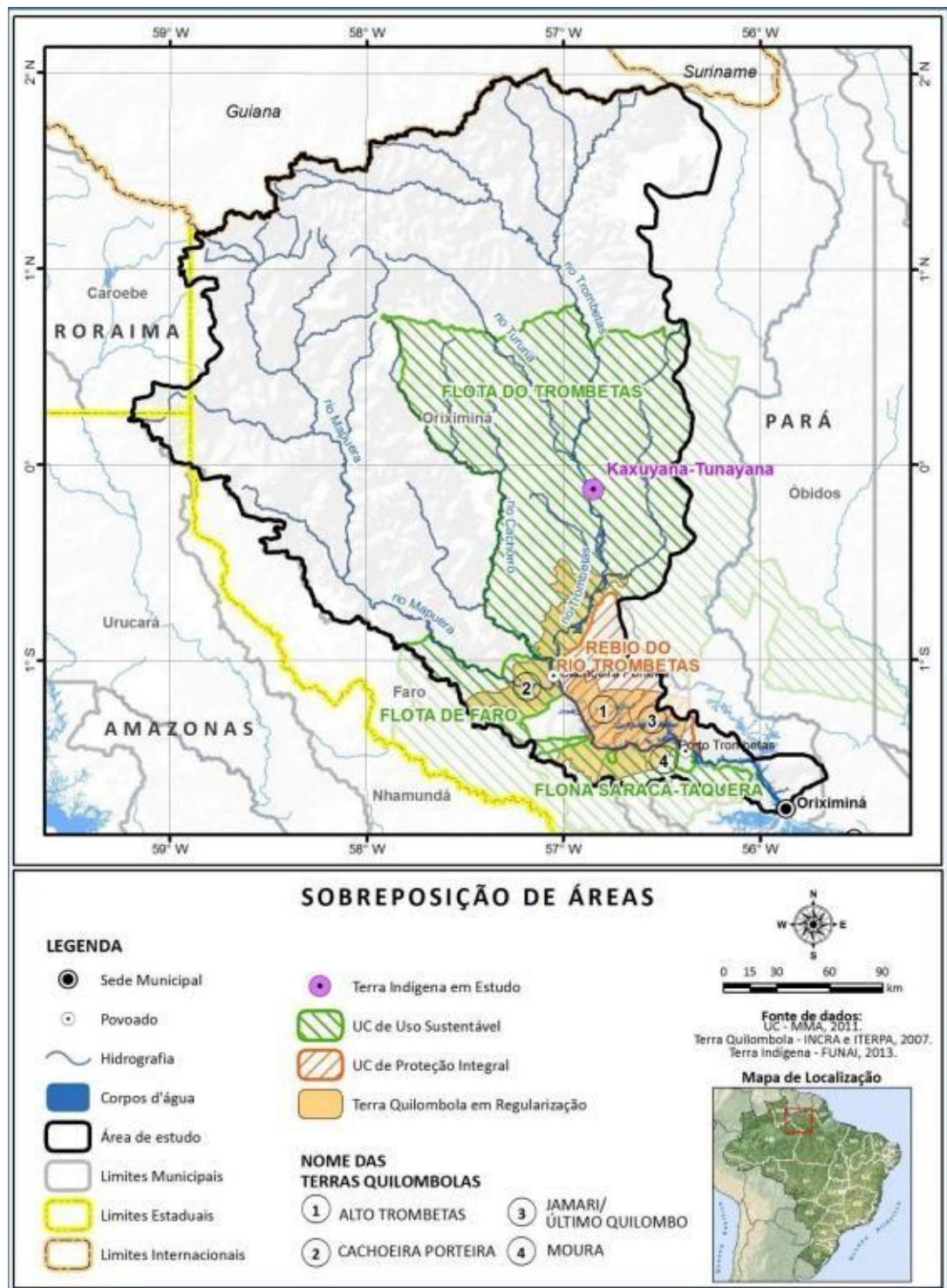


Figura 3: Sobreposição de áreas na bacia do rio Trombetas

Fonte: Estudo de inventário hidrelétrico da bacia do rio Trombetas - EPE, 2015.

A Comissão Pró-Índio ainda calcula que a área de concessão da Mineração Rio do Norte (MRN) sobrepostas as terras quilombolas Alto Trombetas seja de 40.000 hectares. Na tabela a seguir é possível observar os dados estimados pela CPI-SP sobre a sobreposição dos territórios quilombolas com as áreas de proteção da natureza.

Analisando os dados da tabela 1 e da figura 3, é possível perceber que mais da metade das Terras Quilombolas está sobreposta a área das UCs, dificultando muito a resolução dos conflitos existentes.

Sobreposição de territórios Quilombolas e Unidades de Conservação				
Território Quilombola		Área de sobreposição com UCs (há)		
Nome	Dimensão Estimada	Rebio Rio Trombetas	Flona Saracá-Taquera	Flota Trombetas
Alto Trombetas	151.923	98.057	39.071	-
Jamari/ Último Quilombo	138.822	97.037	39.041	-
Moura	18.491	-	18.431	-
Ariramba	23.418	-	-	10.046

Tabela 1: Sobreposição de territórios.

Fonte: ANDRADE, 2011.

Na figura 4 é possível observar a localização exata das comunidades quilombolas no interior das UCs, assim como as bases de campo do ICMBio, revelando a situação de sobreposição de territórios.

No cotidiano dos comunitários é possível observar os problemas oriundos da sobreposição de territórios, quando os comunitários tem a necessidade de solicitar autorizações para cultivo ou até mesmo de acesso em alguns locais, além de sempre estar exposto a fiscalizações e assim, assumindo uma posição de infratores aos olhos do Estado. É muito importante frisar que o reconhecimento de seus territórios ancestrais e tradicionais auxiliaria muito para a solução desses conflitos oriundos da sobreposição de territórios.

A ressignificação das UCs deve acontecer invertendo este olhar do Estado, onde os comunitários deixam de serem vistos como infratores e assim como participantes da gestão das UCs, agregando conhecimento.

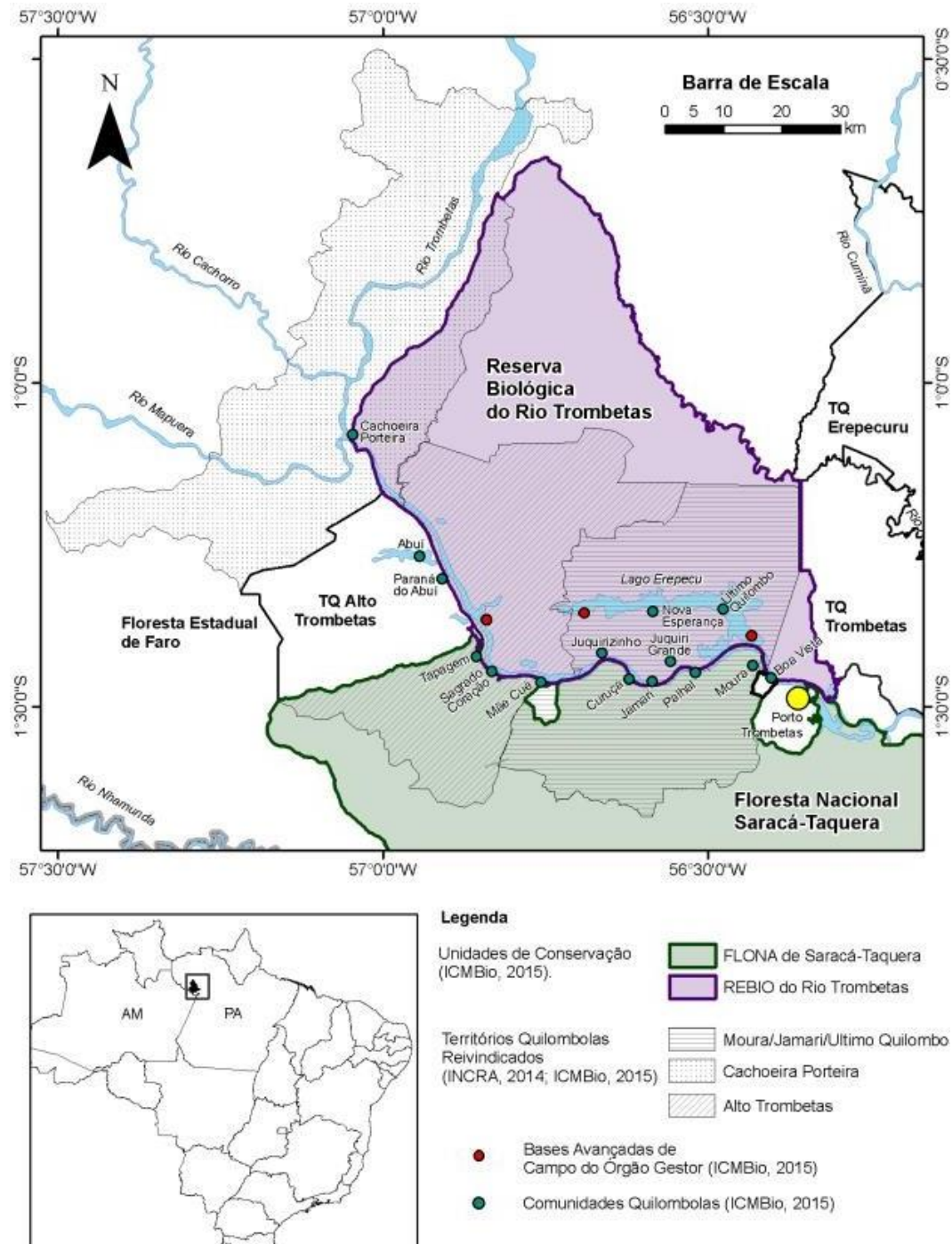


Figura 4: Unidades de Conservação e territórios reivindicados no vale do rio Trombetas.

Fonte: FONSECA, 2015, pag. 3

Como se já não bastasse os conflitos oriundos da sobreposição de territórios entre as comunidades tradicionais e unidades de conservação, a bacia do rio Trombetas ainda conta com a presença de um grande empreendimento minerário, envolvendo a maior exploração de Bauxita do Brasil, onde será abordado no subcapítulo 2.4.

2.1 Ocupação no vale do Rio Trombetas

Resgatar a história negra no Brasil, é buscar uma história marcada por conflitos, injustiças e preconceitos, mas ao mesmo tempo é falar sobre resistência. A presença do povo negro na região amazônica inicia-se no século XVII, ainda por intermédio dos ingleses. Porém a partir do século XVIII, principalmente após a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará (1755), o número de escravos de origem africana representava 23% da população do Grão-Pará (FONSECA, 2015). A população negra no Pará está diretamente ligada a Companhia, que segundo Fonseca (2015) trouxe para região mais de 25 mil escravos para trabalhar nas lavouras de cacau e cana de açúcar na região do Baixo Amazonas.

Com o fim da Companhia de Comércio de Grão-Pará no século XIX e a criação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), proibindo o tráfico negreiro entre Brasil e África, fez com que as fazendas de cacau passassem por um período de crise. Neste recorte histórico, os negros escravizados conseguiam realizar consecutivas fugas em direção ao rio Trombetas (SALLES 1971, FONSECA 2015, FUNES 2000).

Segundo relatos “o processo de fuga, individual ou coletivo, geralmente ocorria em épocas de festas e mais especificamente no caso da Amazônia, no período de cheias: dezembro a maio” (FUNES, 2000, p. 4). É importante ressaltar, que o período de cheia e da castanha coincidem, revelando uma ligação histórica entre os negros e a castanha.

Durante o período de fuga os quilombos localizados acima da cachoeira eram os mais procurados devido sua maior segurança, a existência de fortes corredeiras e cachoeiras com rochas expostas, formavam uma barreira natural contra as consecutivas ações repressivas dos brancos que buscavam capturar os negros que ali viviam (FUNES, 2000). Atualmente a primeira vila a montante da cachoeira, é denominada de Cachoeira Porteira, em referência a entrada/ porteira em terra negra.

As cicatrizes deste processo de captura dos negros, ainda podem ser observadas nas conversas informais realizadas com comunitários, onde durante a realização do trabalho voluntário em diversos momentos um resgate à ancestralidade de seu povo e território.

Funes (2000) traz em seu trabalho a declaração de um delegado da polícia de Óbidos, em relação a presença dos negros do Trombetas.

Neste districto existem já de muitos anos os quilombos do alto Trombetas, além de suas cachoeiras, assim como o do Mamiá, braço do lago Curuá Grande, para os quais todos os anos se tem evadido não pequeno número de escravo calculando-se o numero dele, desde o anno de 1840, contar parte para mais de 150 de ambos os sexos, fora o que antigamente existião nos mesmos quilombos, cujo mesmo não he dado acertar hum calculo por já serem bem antigos. Só em 1827 teve lugar alguma destruição no rio Trombetas, por uma expedição desta villa capturando muitos escravos, sempre escaparão alguns que para ali continuarão a persistir nas mattas". (FUNES, 2000, pág. 9).

O ofício retirado do Fundo Secretaria de Polícia da Província, escrito pelo delegado Dionizio Pedro Azier em 1854, comprova que a existência desses quilombos já era reconhecida pelas autoridades neste período. Além do reconhecimento por parte do governo, os quilombos recebiam consecutivas visitas de religiosos, cientistas, viajantes negociantes e pessoas comuns (FUNES, 2000).

Em seu trabalho Salles (1971) sinaliza que os negros do Trombetas antes mesmo da abolição da escravatura já ocupavam espaço importante na economia local. As expedições repressivas e punitivas visavam não só a captura dos negros, como também desorganizar o mercado local, onde boa parte já era ocupado pelo extrativismo negro, principalmente de produtos, como farinha, fumo e especialmente a castanha.

Após diversas expedições sem sucesso quanto a captura de escravos, a realização de ações repressivas permeou até meados de 1860. No contexto pós expedições punitivas, as comunidades quilombolas passaram a ter outra realidade.

A partir deste momento, alguns negros mais encorajados passam a descer o rio Trombetas, estabelecendo-se no trecho de águas calmas (abaixo das áreas encaixoeiradas), ocupando suas margens e lagos. Neste período, os quilombolas passam de uma vida escondida para um período de fartura e liberdade.

Segundo relatos de comunitários e Funes (2000), os primeiros negros desciam o rio explorando o cacau e principalmente a castanha. A ocupação das margens e lagos do rio Trombetas foi relatada por (O DERBY apud FUNES 2000).

Actualmente a população do Trombetas está muito espalhada. Até ao logo Arapicú há alguns sítios dispersos de brancos e tapuios, sendo aquelles principalmente negociantes que commerciam em castanhas. Entre este ponto e as cachoeiras vivem alguns negros em diversos pontos ao longo do rio até o aldeamento principal que está situado a uma distância de alguns dias de viagem acima da primeira cachoeira. Nos mezes de outubro e novembro muita gente da parte baixa do rio e mesmo do Amazonas, dirige-se as praias de arêa, que ficam immediatamente abaixo das cachoeiras com o fim de apanhar tartarugas e ovos de tartarugas, ao passo que pouco tempo depois, esta mesma região fica cheia de colledores de castanhas. O castanheiro

brasileiro é excessivamente abundante no rio e nos lagos desde as cachoeiras rio abaixo até o lago Arapicú, e exporta-se todos os annos grande quantidade de castanhas (O DERBY apud FUNES 2000, p. 15).

A realidade de paz e de participação dos quilombolas na economia local, mesmo considerada ilegal por parte do governo, persistiu até meados de 1970 (FUNES, 2000).

O início de década de 70 marca novamente um período de luta e resistência para essa população, mas agora associada a luta pela garantia de suas terras e práticas culturais.

O interesse pelo controle das economias extrativistas na região amazônica, é uma das principais causas na geração de conflitos territoriais e muitas vezes vem acompanhado pela sobreposição de territórios (ARCHAHO, 2015; FONSECA, 2015). A política desenvolvimentista dos governos ditatoriais, baseadas no pressuposto do “vazio demográfico” assim como na noção de *wilderness*, passou a interferir drasticamente na vida das comunidades do rio Trombetas, resultando o que Archanjo (2015) nomeia de “cercamento das comunidades”, período marcado primeiramente pela presença da MRN e posteriormente a REBIO Trombetas.

A presença da MRN na região inicia-se na década de 60 com os estudos auxiliados pelo Projeto Radar da Amazônia (RADAM) e como em diversos locais do Brasil, são acompanhadas por remoções autoritárias e violentas. A participação dos comunitários no início da inserção da MRN na região pode ser vista na narrativa dos próprios comunitários até hoje, assim como relatado no trabalho de Archanjo (2015).

A participação dos remanescentes nas primeiras expedições em direção ao platô Saracá permanece viva na memória dos moradores de Boa Vista, quando para chegar a Serra tiveram a ajuda de muitos homens da comunidade, profundos conhecedores da região, dos caminhos e também dos perigos da floresta do Trombetas (ARCHANJO, 2015, p. 36).

Porém, de acordo com a lógica desenvolvimentista e preservacionistas dos governos ditatórias, a mineradora insiste na ideologia do “vazio demográfico”. Além disso, segundo os moradores da comunidade Boa Vista, houve uma estratégia de cooptação por parte da mineradora, que prometia melhoria de vida e empregos, que de fato nunca chegaram.

Segundo conversa com os moradores de Boa Vista, os geólogos, como estratégia de cooptação, davam remédio, presentes e, acima de tudo, promessas de melhorias na comunidade, quando o projeto entrasse em funcionamento, gerando emprego e renda para a população de Boa Vista e comunidades vizinhas (ARCHANJO, 2015, p. 37).

A Serra Saracá, local do primeiro platô de exploração da bauxita, era uma área com extensos castanhais, que serviam como área de coleta, caça e de extração de produtos florestais, porém, a partir da década de 70 a comunidade Boa Vista passa por uma perda contínua de território, com incentivos vindos do governo federal, através do II Plano de Desenvolvimento Nacional, impulsionando a exploração de bauxita na região. A partir deste período a relação das comunidades com a mineradora passa a ser extremamente conflituosa (ARCHANJO, 2015).

Já a década de 80 para esses povos é caracterizada pela resistência e a reorganização dessas comunidades em associações, para resistir às pressões vindas tanto da empresa mineradora, quanto da REBIO Trombetas. A criação da REBIO em 1979 e posteriormente a FLONA Saracá-Taquera em 1989, continuaram intensificando o processo de cercamento dessas comunidades, agora para além da expropriação de suas terras, mas também restringindo os quilombolas de praticar seu modo de vida, ou seja, de caçar, pescar, plantar e coletar produtos florestais (ARCHANJO, 2015).

2.2 O Núcleo de Gestão Integrada Trombetas

No vale do rio Trombetas estão situadas duas Unidades de Conservação à nível federal, são elas: a Reserva Biológica do Rio Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquera. Atualmente a gestão dessas unidades é realizada pelo Núcleo de Gestão Integrada Trombetas, ambas a partir de sua criação passaram a interferir diretamente no modo de vida das comunidades tradicionais que ali já viviam.

Em 1979 a Reserva Biológica do Rio Trombetas foi criada na margem esquerda do rio Trombetas, com a justificativa de proteger espécies de Quelônios, principalmente pela ocorrência da Tartaruga-da-Amazônia (*Podecnemis Expansa*), na qual sofre um grande risco de extinção local. Paralelamente a UC também protege os grandes castanhais e até mesmo frear o avanço de empreendimentos mineradores e energéticos (COELHO, CUNHA, MONTEIRO, 2009).

Contudo, alguns autores como Wanderley (2008) e Archanjo (2015) defendem a tese que o real motivo para criação da unidade de conservação, foi evitar a formação de beiradões, evidenciando intenções para além da proteção da estrita da natureza. A declaração de Wanderley (2008) nos remete à analisar que a criação da REBIO Trombetas está associada a garantia de exploração das minas de bauxita e não necessariamente a proteção da natureza.

A categoria de manejo Reserva Biológica, segundo o SNUC, não permite a presença de população humanas no seu interior, sendo assim diversas famílias que habitavam a margem e lagos do lado esquerdo do rio foram expulsas, resultando em intensos conflitos entre o órgão ambiental e comunidades locais.

Segundo relatos de comunitários e pesquisadores como Coelho (2009), Cunha (2009) e Monteiro (2009), as políticas iniciais do IBAMA eram extremamente rígidas e autoritárias, prevendo a transferências de moradores para outros locais, além de impedir a realização praticais extrativistas que garantiam a auto suficiência para esses grupos, como a realização da pesca, cultivo de mandioca e a coleta de castanha. Segundo comunitários agressões físicas e morais eram comuns e ocasionaram mortes.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) ainda relata que as comunidades locais não tiveram participação nenhuma na criação da REBIO, manifestando o caráter centralizador e autoritário dos governos militares. No decorrer da década de 80, diversas famílias foram reassentadas em outros locais, principalmente famílias que se encontravam no interior do lago do Jacaré, localizado próximo aos tabuleiros de desova da Tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis Expansa*) e a base Tabuleiro do ICMBio.

Algumas comunidades conseguiram se auto organizar e resistir à pressão imposta pelo IBAMA e ainda mesmo com diversos conflitos e anos de lutas pela flexibilização das regras, mantém-se instaladas no interior da REBIO (figura 5).



Figura 5: Residência de palha na comunidade Boa Esperança, interior da REBIO.

Autor: Caique Alvim

Um ano após a Constituição Federal de 1988 reconhecer o direito à terra dos povos quilombolas no Artigo 68, em 1989 a FLONA Saracá-Taquera foi criada sobreposta a área ocupada pelos quilombolas. Novamente a CPI-SP e os comunitários relatam que não houve nenhuma tentativa de diálogo para a criação da FLONA.

A criação da FLONA, mesmo sendo pertencente ao grupo de Uso Sustentável, restringiu a abertura de roçados para o plantio da mandioca por parte das comunidades quilombolas, além de impossibilitar a titulação de suas terras e representam um entrave para resolução de conflitos na região, canalizando o controle territorial nas mãos do órgão ambiental e agravando conflitos em uma relação que já era conturbada.

Segundo Wanderley (2008) a criação da FLONA Saracá-Taquera está intrinsecamente ligada aos interesses da MRN, na qual buscava proteger o entorno das minas de bauxita a partir do discurso ambiental, principalmente após o envolvimento na poluição do Lago do Batata. Archanjo (2015) afirma.

A partir desse discurso preservacionista, distorcido da empresa, que camufla interesses destes capitalistas de exploração dos recursos minerais e florestais existentes na área da FLONA e que não se delimitam a preservação ambiental. Todavia, adotando esse discurso, dissimula os efeitos maléficos

da empresa mineradora, como, por exemplo, o desastre ambiental ocorrido no Lago do Batata, usado como depósito de rejeitos de lavagem de bauxita durante os anos de 1979 a 1989, ano da publicação do artigo. Assim como o desmatamento de grandes áreas para extração do minério, no entanto, consta na mesma fonte, o relato do chefe do setor de reflorestamento da Mineração Rio do Norte, afirmando que, “a criação de uma reserva florestal será o único meio de deter o desmatamento”, reafirmando a importância social da empresa na região (ARCHANJO, 2015, p. 53).

Fonseca (2015) ainda relata que a decisão de criar a FLONA surgiu em uma reunião a portas fechadas entre o presidente da república, do IBAMA e da MRN, sendo facilitada pelo advogado da MRN, parente do então presidente José Sarney. Com a criação da FLONA foi possível exercer uma fiscalização que buscava inibir o aumento populacional e ocupações desordenadas decorrentes da própria atividade mineradora e controlar o uso e ingresso da área do entorno mineral para continuidade da exploração.

Analisando o Art. 2º e Art. 3 do decreto 98.704 de dezembro de 1989, que institui a criação da FLONA, é possível observar a prevalência dos interesses da mineradora.

Art. 2º As atividades de pesquisa e lavra minerais autorizadas já em curso ou consideradas reservas técnicas na área da Flona, ora criada, não sofrerão solução de continuidade (Decreto 98.704/1989).

Art. 5º Fica o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama autorizado a celebrar convênio com a Mineração do Rio Norte S.A., objetivando obter apoio na implantação da Floresta Nacional Saracá - Taquera e proteção de sua área (Decreto 98.704/1989).

A relação entre os três principais atores (comunidades, ICMBio e MRN) vem se transformando e variando conforme os principais interesses do período. Acordos firmados entre o órgão ambiental e a MRN no que tange a proteção da área das UCs, acabam beneficiando indiretamente as comunidades quilombolas contra invasões de madeireiros e garimpeiros, porém acabam privando a liberdade dos comunitários, expondo-os a consecutivas fiscalizações.

A cooperação entre MRN e ICMBio desde o início tem o objetivo de controlar o território e vem restringindo a liberdade desses povos com bases no discurso de proteção ambiental. A MRN através de um discurso preservacionista com acordos firmados com ICMBio, fornece estrutura e financiamento para o desenvolvimento do Projeto Quelônios do Rio Trombetas (FONSECA, 2015).

2.3 Projeto Quelônios do Rio Trombetas

O Projeto Quelônios do Rio Trombetas tem sua origem no mesmo ano de

criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas em 1979, estabelecendo um programa associado à principal preocupação ambiental da área, à ocorrência da Tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis Expansa*).

Inicialmente o projeto era coordenado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (IBDF), com o nome de Projeto de Proteção e Manejo de Quelônios da Amazônia (PQA), mas foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em 1989. Atualmente o PQT é coordenado pelo ICMBio e gerido pelo NGI Trombetas.

O PQT pode ser considerado o principal projeto do NGI Trombetas, responsável pelo envolvimento de uma rede de indivíduos, como por exemplo: quilombolas, cientistas, educadores, ONGs e a própria MRN. As ações do PQT atualmente são voltadas principalmente para o manejo conservacionista, monitoramento, proteção, pesquisa científica e educação ambiental relacionado aos Quelônios.

A partir do início do período de estiagem (agosto a janeiro), inicia-se a aparição dos primeiras praias ou tabuleiros, utilizados para desova da Tartaruga-da-Amazônia, canalizando boa parte das atividades do NGI Trombetas. As ações do PQT abrangem duas principais áreas de atuação, os tabuleiros do Rio Trombetas e as praias do lago Erepecu.

Os tabuleiros são praias formadas sazonalmente devido à baixa do rio, formando grandes extensões de areia utilizadas como local de desova para a Tartaruga-da-Amazônia. Ao total são 7 tabuleiros utilizados por essa espécie, porém apenas 2 (Jacaré e Farias) são monitorados 24 horas por dia, devido aos números mais significativos de desova. Vale ressaltar que essa espécie raramente utiliza outros locais para desova, tornando esses tabuleiros locais extremamente importantes para a reprodução desta espécie.

O trabalho realizado nos tabuleiros envolve comunitários quilombolas de diversas comunidades do entorno, onde diariamente é realizado o trabalho de monitoramento, identificação de ninhos, contagem de filhotes e ovos, realizando um suporte importantíssimo para a proteção dos ninhos e filhotes contra predadores e contrabando.

Os comunitários participantes do projeto, representam praticamente toda equipe de campo, divididos entre funcionários terceirizados temporários e voluntários. O trabalho realizado pelos comunitários tem parcela imprecionantíssima para o sucesso

do projeto, o conhecimento em relação ao comportamento da espécie vem resultando numa crescente no número de filhotes nascendo por temporada. Na figura a seguir (figura 6) é possível observar o trabalho realizado no Tabuleiro do Jacaré, principal local de desova da espécie, concentrando a maioria dos ninhos (figura 7).



Figura 6: Identificação dos ninhos da Tartaruga-da-Amazônia.

Fonte: Caique Alvim



Figura 7: Ninho de Tartaruga-da-Amazônia.

Fonte: Caique Alvim.

Já o lago Erepecu, contém uma extensão de aproximadamente 50km, onde durante o período de seca emergem inúmeras praias, utilizadas principalmente pelo Tracajá (*Podocnemis unifilis*) e em menor número pelo Pitiú (*Podocnemis sextuberculata*).

No início de cada temporada são estabelecidas pelo ICMBio em conjunto com os comunitários, 10 a 12 praias que irão ser fiscalizadas e monitoradas por famílias comunitárias (Figura 8).

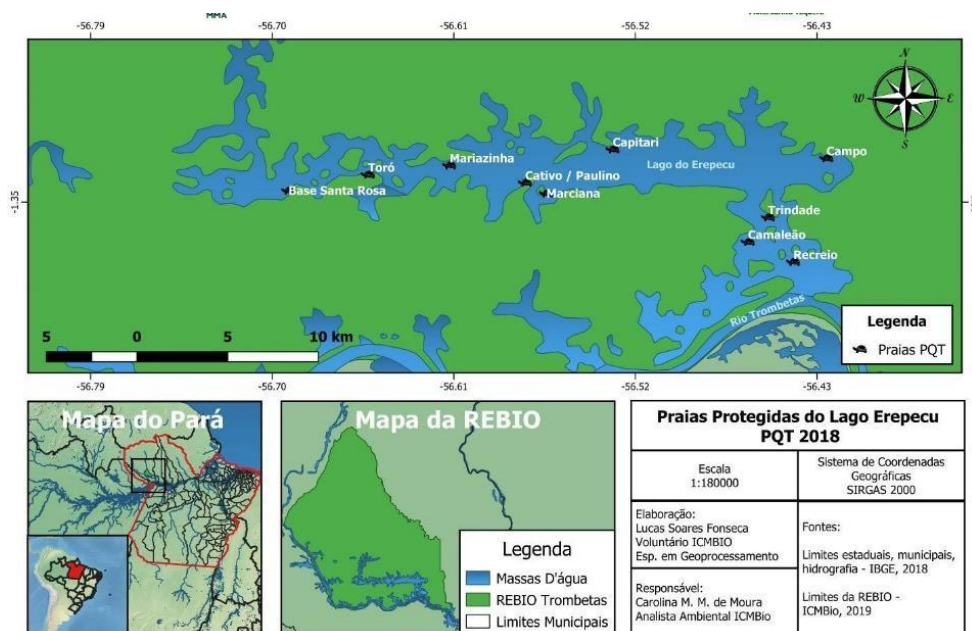


Figura 8: Mapa das praias protegidas no lago Erepecu, PQT 2018.

Fonte: Caique Alvim.

Atualmente o projeto conta com o engajamento de 27 famílias de comunitários voluntários (aproximadamente 100 pessoas), além da contratação temporária de agentes de praia por temporada, mas nem sempre foi assim. O envolvimento comunitário no projeto, iniciou-se apenas em 2003 com atuação dos quilombolas do Alto Trombetas, com atuação apenas nos tabuleiros. A partir de 2013, as comunidades do Boa Esperança e Último Quilombo, localizadas no lago Erepecu, foram incluídas no projeto, ficando responsáveis pela proteção, monitoramento e manejo, principalmente das espécies de Tracajá e Pitiú.

O reconhecimento da importância do envolvimento comunitário para a conservação dos quelônios por parte do órgão ambiental é um grande passo, porém, ainda é preciso incluí-los para além de voluntários temporários, que recebem cesta básica doada pela MRN como forma de pagamento. A definição dos comunitários tradicionais como funcionários fixos deve ser emergente, aproveitando e construindo um conhecimento tradicional e científico agregado sobre a conservação da natureza. De acordo com o próprio ICMBio, o apoio comunitário vem apresentando resultados positivos em relação ao número de filhotes protegidos e acaba gerando interesse de outras comunidades para também se envolver no projeto.

Além do aproveitamento dos conhecimentos relacionados a reconhecimento da espécie, os comunitários poderiam exercer fiscalizações por serem grandes conhecedores da área e outras atividades.

A participação das famílias comunitárias no monitoramento e manejo dos filhotes em cada praia é extremamente importante para a segurança e conservação da reprodução desta espécie. As famílias monitoram as chocadeiras/ ninhos 24 horas por dia, em muitas vezes mudando com a família e morando nas praias fiscalizadas durante a temporada (figura 9).



Figura 9: Chocadeira localizada na base Santa Rosa.

Autor: Caique Alvim

Ao final de cada temporada, é realizado o evento de soltura (Figura 11), atuando como uma atividade de sensibilização e educação ambiental, unindo voluntários, pesquisadores, escolas e sociedade civil para realização de uma soltura de filhotes simbólica (Figura 10).

Além da soltura, no evento são disponibilizados os resultados atingidos por temporada, apresentações culturais envolvendo as comunidades quilombolas e agradecimentos aos colaboradores. Este momento é de muita euforia e emoção, principalmente por parte dos comunitários que protegeram e cuidaram desses ninhos por aproximadamente 6 meses consecutivos.



Figura 10: Evento de soltura PQT 2019.

Fonte: NGI Trombetas/ ICMBio.



Figura 11: Soltura de filhotes de Tartaruga-da-Amazônia.

Fonte: NGI Trombetas/ ICMBio.

Em relação a Tartaruga-da-Amazônia, os resultados obtidos na temporada de 2019 foram positivos (Tabela 2), ultrapassando metas e alcançando recordes em relação aos objetivos pré estabelecidos, comprovando o lado positivo da união entre ICMBio e as comunidades quilombolas.

Projeto Quelônios do Rio Trombetas – 2019		
Tabuleiro	Tartaruga-da-Amazônia	TOTAL
Ninhos Naturais	761	785
Ninhos Transferidos	24	
Ovos Naturais	63.471	65.630
Ovos Transferidos	2.159	
Filhotes vivos	50.419	50.419
Taxa de Eclosão	77%	77%

Tabela 2: Resultado PQP 2019.

Fonte: NGI Trombetas/ ICMBio

2.4 Mineração Rio do Norte (MRN)

O interesse minerário na região do Trombetas remonta a partir da década de 60, quando a canadense ALCAN, em 1963, noticia o primeiro achado de bauxita de qualidade na região, culminando no descobrimento do platô Saracá em 1967. A partir daí, com auxílio do projeto RADAM, fornecedor de aerofotografias, dados sobre solo, subsolo e cobertura vegetal, iniciaram-se as expedições a procura do platô Saracá. Na década de 70 inicia-se as negociações com a proprietária do terreno onde se localizava o platô, no qual, segundo comunitários, era uma área de trabalho dos moradores da comunidade Boa Vista (ARCHANJO, 2015).

Em 1971 é apresentado o projeto inicial pela ALCAN, onde contava com a participação na lavra mineral majoritariamente internacional, sendo freada pelo governo militar que exigia a participação nacional no empreendimento. Em 1972 a Companhia Vale do Rio Doce assume a direção do projeto e em 1974 a SUDAM aprova o Projeto Trombetas. É importante ressaltar que segundo Archanjo (2015), antes mesmo da aprovação do projeto, a empresa mineradora já realizaria o cercamento da área, a instalação de marcos e iniciava “acordos” de desocupação da área, além de receber a doação de 85.258 hectares do INCRA.

Em 1976 com a participação ativa do governo Geisel, foi assinado o acordo entre a MRN e a construtora Andrade Gutierrez, para iniciação da execução das obras

da vila de Trombetas, sendo exclusivamente utilizada para os funcionários da mineração. A partir do levantamento da estrutura urbana e operacional da MRN, a relação com as comunidades (principalmente o T.Q. Boa Vista, devido à proximidade) passa a ser extremamente conturbada.

Com a presença definitiva da mineradora finalizando a construção de Porto Trombetas e o carregamento do primeiro navio de bauxita em 1979, atraiu a atenção de muitas pessoas que buscavam uma oportunidade de emprego. O aumento populacional na região, fruto do da investida no empreendimento minerário, como por exemplo a formação da vila do Ajudante (localizada em frente a vila de Trombetas), gerou alterações no modo de vida e nas relações sociais das comunidades quilombolas (ARCHANJO, 2015).

Os costumes que eram baseados no extrativismo e cultivo, passam a ser mais restritivos, com base na justificativa da preocupação com a preservação ambiental. Além das restrições, à um estímulo indireto, vindo da MRN, para que os comunitários abandonem o modo de vida tradicional e busquem emprego na vila de Trombetas, adequando os seus costumes.

Em certos momentos a presença da mineradora trouxe esperanças para essas comunidades, porém o que se observou foi a negação histórica da presença e dos modos de vida quilombola, os avanço sobre os seus territórios, a desorganização social desse grupo e ainda por cima um grande impacto ambiental em decorrência da exploração do minério.

A bauxita é um minério de coloração avermelhada, devido a ocorrência de óxido de ferro e é a matéria prima para produção do alumínio. O processo de produção da bauxita realizada pela MRN, contém três principais etapas: lavra, beneficiamento e embarque, o processo de lavra do minério é o que traz mais prejuízos ao meio ambiente. Atualmente a exploração do minério é realizada em três minas, Saracá V, Saracá W e Bela Cruz. Segundo a MRN, o minério se encontra em uma média de 8 metros de profundidade, encontrando-se coberto por uma vegetação densa.

O processo de extração da bauxita envolve a supressão de grandes áreas florestais, além de ocasionar profundos prejuízos ao solo e seus micro organismos, devido ao processo de decapeamento. Da lavra, o minério escavado segue por caminhões até a área de beneficiamento (figura 12), onde a bauxita é reduzida a uma granulometria de até 3 polegadas, até seguir para os processos de lavagem,

ciclonagem e filtragem.



Figura 12: Área de beneficiamento da bauxita.

Fonte: Caique Alvim.

Após o beneficiamento, o minério é carregado e transportado por trem até o porto de Trombetas, onde acontece o carregamento dos navios. Para o carregamento dos navios, foi realizado uma escavação do rio Trombetas, até uma altura suficiente para que os navios adentrasse o rio, por conta da peso das embarcações carregadas de bauxita, ocasionando um desequilíbrio para espécies aquáticas, que segundo relatos dos comunitários interferiu drasticamente na dinâmica de pesca e ocorrência da Tartaruga-da-Amazônia.

A Mineração Rio do Norte atualmente carrega o posto de maior produtora de bauxita do Brasil e a terceira do mundo. Segundo dados fornecidos pela própria empresa no relatório de Administração de 2018, foram produzidos 14,456 milhões de toneladas de bauxita, sendo 11,2% abaixo dos 16,280 milhões de toneladas produzidas em 2017. A alta produtividade da empresa resultou em um lucro líquido de 15,8 milhões de reais.

3 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

De maneira geral, as comunidades tradicionais são reconhecidas como povos que vivem em áreas geográficas particulares, na qual normalmente contém ligação com o território de seus ancestrais, linguagem própria, sistemas de produção principalmente voltada a auto suficiência e auto reconhecimento como comunidade tradicional (DIEGUES, 1996). Essas são características normalmente encontradas em todas as comunidades tradicionais.

Segundo o decreto 6.040 de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais os termos “povos e comunidades tradicionais” podem ser compreendidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais com condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto N°6.040, 2007).

Com auxílio dos pensamentos de outros pensadores, foi um dos primeiros pesquisadores a refletir sobre as comunidades tradicionais, apontando para uma defesa de seus interesses. Em seu trabalho Diegues (1996), sinaliza para diferenciação das comunidades tradicionais e as camponesas.

A cultura camponesa mesmo que fora da cidade, ainda mantém relação direta com a cultura urbano industrial, sendo apenas mais uma representação de uma totalidade (DIEGUES, 1996). Compreender esta distinção é extremamente necessário para entender as especificidades das comunidades tradicionais. Nas comunidades tradicionais, é possível observar uma grande distinção da sociedade urbano industrial, principalmente em relação ao modo de produção voltado a auto suficiência, assim como, na relação com a natureza.

Para entender as especificidades das comunidades tradicionais é necessário reconhecer também a pluralidade de culturas e etnias existentes no Brasil, fruto de um complexo sincretismo religioso, construído e influenciados por fortes relações entre o cristianismo, crenças de matrizes africanas e indígenas durante séculos.

Seguindo a linha da pluralidade étnica, as comunidades tradicionais brasileiras podem ser entendidas para além de indígenas, incluindo quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, entre outros. Assim como os indígenas, esses povos também mantêm relações com territórios ancestrais, através de uma intensa relação de

simbiose com a natureza, reconhecendo-a para além do material (como fornecedora da auto suficiência), mas também na dentro esfera cultural (simbólica-religiosa), respeitando os ciclos naturais, com manejos e técnicas específicas a cada realidade encontrada na comunidade. Quando associamos os povos tradicionais com a proteção da natureza, é necessário considerar o papel da cultura desses povos, que dependem da proteção da natureza para sobreviver e se reproduzir culturalmente (DIEGUES, 2000).

Segundo Diegues (1996), assim como a sociedade urbano industrial tem como base do pensamento preservacionista sustentada na ideia do mito da natureza intocada, as comunidades tradicionais, através dos mitos bioantropomórficos, também estabelecem formas de relações com a natureza.

Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico (DIEGUES, 1996, pág.63).

Essa simbiose entre o homem e natureza normalmente frequente nas sociedades que utilizaram os mitos bioantropomórficos, partem do pressuposto da unicidade entre homem e natureza, refletindo em relações de respeito e profundo conhecimento sobre os ciclos naturais.

A forma como cada comunidade interage com a natureza, oferecem características culturais particulares a cada povo, formando uma diversidade complexa de técnicas e formas adaptativas a meio ambiente (DIEGUES, 1996). Na realidade amazônica em relação ao modo de vida desenvolvido por essas comunidades, ou seja, o conjunto de concepções, práticas e técnicas estabelecidas com a natureza, está sempre associado ao período de estiagem e cheia dos rios por exemplo. A cultura tradicional está diretamente ligada a forma de apropriação do ambiente natural.

Segundo uma visão da Antropologia marxista, o modo de vida tradicional, pode ser comparado aos das sociedades primitivas, pois ainda mantém seu sistema econômico voltado principalmente a auto suficiência, mesmo que em alguns casos, algumas comunidades tenham dependência do mercado (DIEGUES, 1996)

Outro conceito importante para entender as comunidades tradicionais é sua relação com o território, sendo este o seu espaço de reprodução econômica, social, cultural, das relações sociais e ainda representam grande importância para a ocorrência dos mitos bioantropomórficos.

O território, dessa maneira, é o lugar da reprodução cultural, mesmo que pensemos que a cultura não é uma ação necessariamente pensada ou consciente, ela está inscrita nos modos de vida diversos (...) é a possibilidade de entender que existem espaços onde sujeitos interagem no sentido de se agregarem (CARNEIRO, ITABORAHY, GABRIEL, 2013, p. 93).

Desta forma, o território das comunidades tradicionais, não deve ser visto de maneira simplista, apenas como um recorte da superfície terrestre, onde seus recursos naturais são apropriados e controlados por grupos humanos, mas sim, como um local de experiências vividas por um povo. O geógrafo Haesbaert (2004), nos auxilia a observar o conceito de território de forma integradora, considerando e incluindo em sua análise, as múltiplas dimensões do território (econômica, política, cultural e natural), onde equilibradas fornecem uma visão totalizante do espaço.

O território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural, em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política (HAESBAERT, 2004, pág. 74).

O conceito de território, nos possibilita observar as diversas territorialidade que sobrepostas uma as outras, realizam um jogo de forças e poder pela busca do controle territorial. As territorialidades, ou seja, as formas estratégicas de adaptação com o intuito de controlar os recursos do território, nos auxiliam a compreender como cada grupo construiu sua trajetória e identificação com o território.

3.1 Os quilombos de Oriximiná-PA

Oriximiná está localizada na região conhecida como Calha Norte do Pará, a presença de grupos quilombolas e indígenas nesta região é histórica. A região abrange o maior mosaico de áreas protegidas do mundo, incluindo 12,8 milhões de hectares de UCs estaduais, 1,3 milhão de hectares de UCs federais e 7,2 milhões de hectares de Terras Indígenas. Em relação as Terras Quilombolas, na calha norte são situadas sete Terras Quilombolas tituladas, onde vivem 32 comunidades (ANDRADE, 2011).

Oriximiná além de ser o município com maior número de quilombos no Brasil, representa um marco na luta quilombola, pois foi em Trombetas que ocorreu a primeira titulação de um território quilombola no Brasil, a titulação da comunidade Boa Vista em 1995. Atualmente em Oriximiná, cinco territórios são titulado e abrangem uma área de 361.825,48 hectares (CPI-SP). “Esses cinco territórios representam 37,2% da dimensão titulada no Brasil” (ANDRADE, 2011).

O município de Oriximiná contém uma extensão territorial de 107.603 km², onde

grande parte de suas florestas encontram-se muito bem preservadas. Só no município de Oriximiná, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, existem 35 comunidades organizadas em 9 territórios, no entanto, nem todos encontram-se regularizados (tabela 3 e figura 14).

Situação das Terras Quilombolas em Oriximiná		
T.Q.	Situação	Comunidades
Boa vista	Titulada	1
Água Fria	Titulada	1
Trombetas	Titulada	8
Erepecuru	Titulada	11
Cachoeira Porteira	Titulada	1
Alto Trombetas	Parcialmente titulada	5
Amari/ Último Quilombo	A ser titulada	7
Moura	A ser titulada	1
Ariramba	A ser titulada	1

Tabela 3: Situação fundiária das comunidade quilombolas de Oriximiná.

Fonte: ANDRADE, 2011

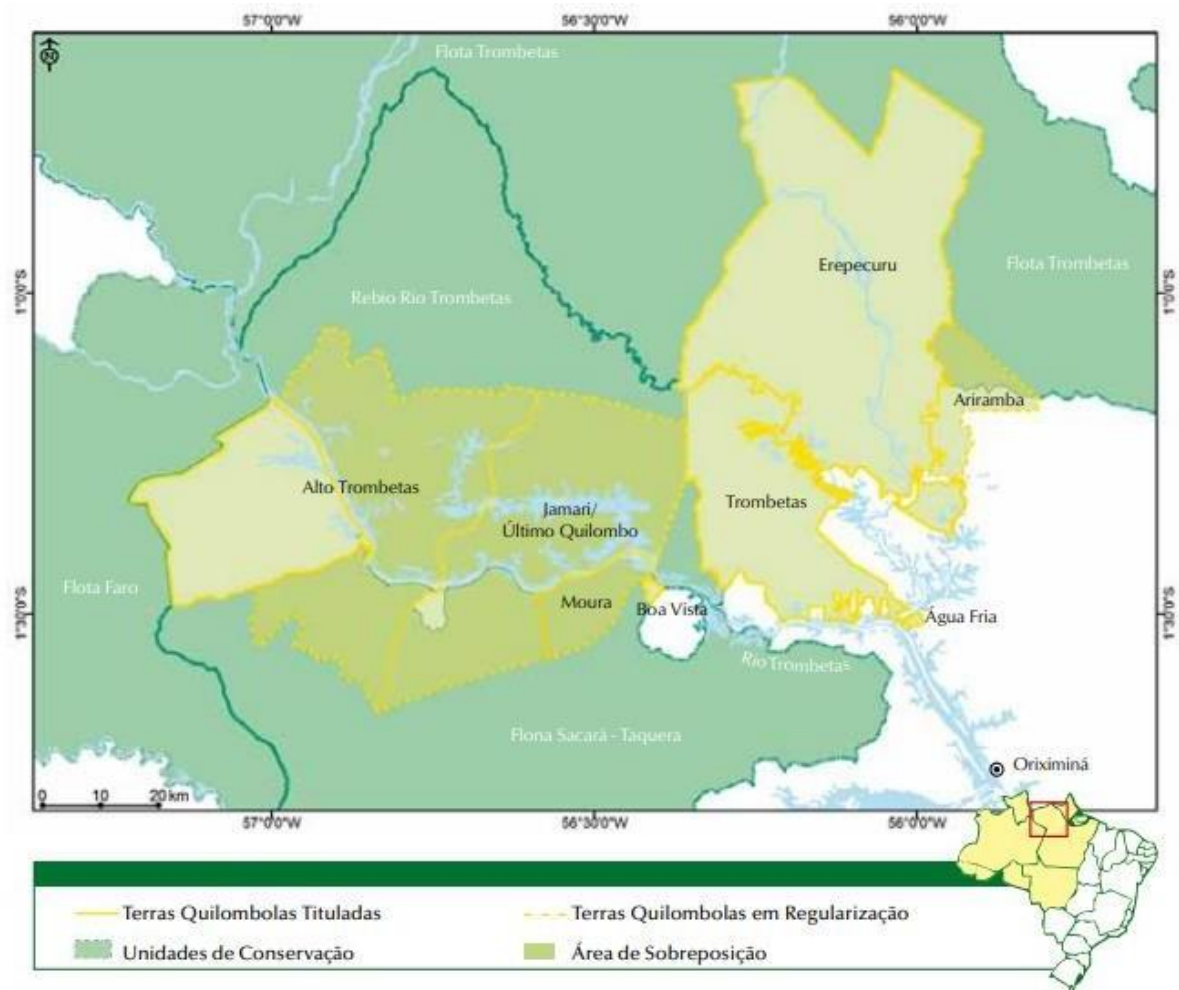


Figura 13: Sobreposição Terras Quilombolas e Unidades de Conservação.

Fonte: ANDRADE, 2011.

Analisando a figura 14 podemos observar que as os T.Q. Alto Trombetas (parcialmente), Moura, Jamari/ Último Quilombo estão sobrepostos as UCs (FLONA Saracá-Taquera e REBIO Rio Trombetas) sendo a sobreposição principal motivo para a dificuldade na solução dos conflitos territoriais na região. Esses territórios juntos somam 13 comunidades (figura 15).

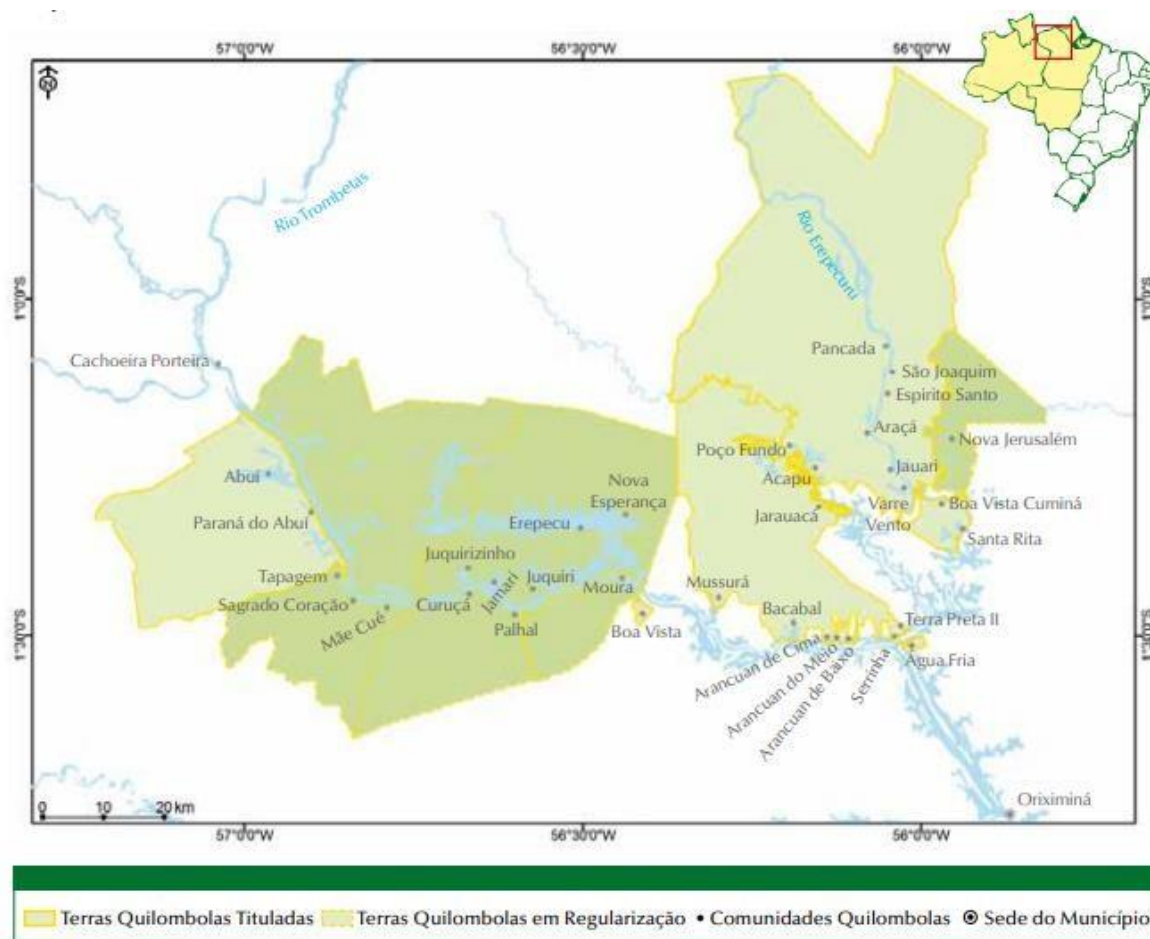


Figura 14: Mapa comunidades quilombolas.

Fonte: ANDRADE, 2011.

Segundo Andrade (2011) os processos de regularização das terras quilombolas (Alto Trombetas, Moura e Jamari/ Último Quilombo) estão na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia Geral da União desde 2009. No Brasil, mesmo com o reconhecimento do direito à propriedade de suas terras garantido pela Constituição Federal de 1988, apenas uma parcela mínima de comunidades quilombolas conseguiu garantir a regularização de suas terras.

Segundo a CPI-SP, são apenas 192 terras quilombolas tituladas (6% do que se estima existir) e 1.767 em processo de regularização. A regularização e titulação de suas terras é estrutura básica para essas comunidades conquistarem o direito de viver o seu modo de vida em segurança.

As comunidades quilombolas do Trombetas que não conseguiram a titulação de suas terras, são diariamente expostas a violação de seus direitos, devido a rigidez da política ambiental impostas pelo ICMBio.

A circulação, abertura de roçados, retirada de madeira para construção ou

manutenção de suas moradias e coleta da castanha só pode ser feita mediante autorização do órgão ambiental, além disso, a realização de pesca e caça, mesmo que sendo uma atividade cultural de auto suficiência para muitas famílias, tornou-se um risco.

Segundo dados disponibilizados pelo INPE/ PRODES, em 2019, o Pará foi o estado com maior índice de desmatamento do Brasil, superando 4.000,00 km². O período de 2012 a 2019 marca um aumento significativo nos índices de desmatamentos do estado, acumulando cerca de 20.468,00 km² desmatados.

O município de Oriximiná neste mesmo recorte temporal (2012 – 2019), atingiu 94,22 km² desmatados. Na tabela a seguir (tabela 4) é possível realizar uma comparação entre municípios do mesmo Estado, em relação aos índices de desmatamento.

Desmatamento (km ²)		
Ano	Oriximiná-PA	Altamira-PA
2012	4.6	228.9
2013	8.6	296.5
2014	8.7	294.3
2015	13.5	307.8
2016	11.7	408.7
2017	11.5	223.6
2018	15.2	432.4
2019	20.6	575.3
TOTAL	94.22	2.768,52

Tabela 4: Dados comparativos de desmatamento.

Fonte: INPE/PRODES

Segundo a CPI-SP, os baixos índices de desmatamentos no município de Oriximiná, em relação a outras localidades, estão associados a existência de unidades de conservação, como também de TQ e TI. No estudo realizado por Andrade (2011), foi diagnosticado que as comunidades quilombolas funcionam como barreira para o avanço do desmatamento, demonstrando seu compromisso com a conservação ambiental. Ainda relação ao estudo realizado por Andrade (2011), foi diagnosticado que no interior das comunidades quilombolas do rio Trombetas, os índices de desmatamento são ainda menores, principalmente nas terras já tituladas.

Outra pressão muito marcante para essas comunidades, é presença da indústria madeireira na região, que segundo relato de comunitários e a CPI-SP, há algum tempo buscam por negócios na região. As empresas relacionadas ao setor madeireiro, buscam acordos com as comunidades localizadas em territórios já titulados, isso ocorre, pois a comprovação de regularidade fundiária para o comércio madeireiro é exigida na legislação ambiental brasileira (ANDRADE, 2011).

Em 2011 algumas comunidades quilombolas firmaram acordo para exploração de madeira em seu território com a Construtora Medeiros Ambiental Ltda. Normalmente esses contratos firmados entre empresas do setor madeireiro e comunidades quilombolas do rio Trombetas, geram altos riscos para comunidades, por não possuírem conhecimento detalhado em relação aos contratos.

As associações não contam com os meios para realizar um monitoramento adequado do empreendimento e garantir que a exploração florestal seja realizada por meio de um manejo de baixo impacto” (ANDRADE, 2011, p. 29).

Em relação aos interesses minerários na região, Andrade (2011) remontam que esses empreendimentos são um enorme risco para os quilombolas. Atualmente em Oriximiná existem 94 processos minerários no interior de territórios quilombolas (figura 16), envolvendo 8 empresas e 4 pessoas físicas.

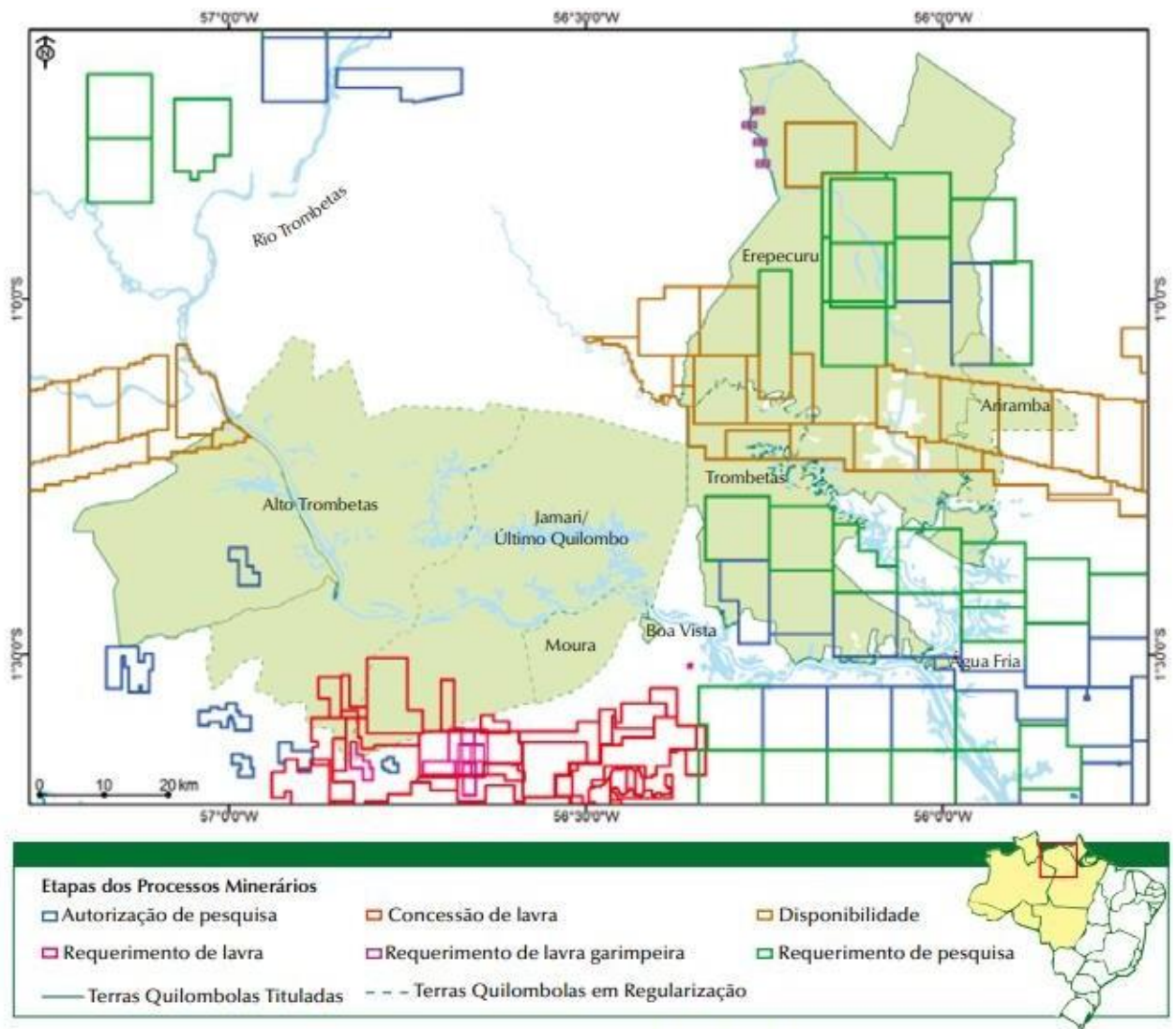


Figura 15: Situação dos processos minerários em Terras Quilombolas.

Fonte: ANDRADE, 2011.

Apesar do grande interesse minerário na região, apenas a MRN tem a concessão de lavra e explora minério na região. Analisando a figura 16, é possível observar que os interesses minerários avançam sobre as terras quilombolas, dificultando a titulação dessas terras. Atualmente a exploração minerária realizada pela MRN, está sobreposta a FLONA Saracá-Taquera e sobre território reivindicado pelos quilombolas (figura 17).

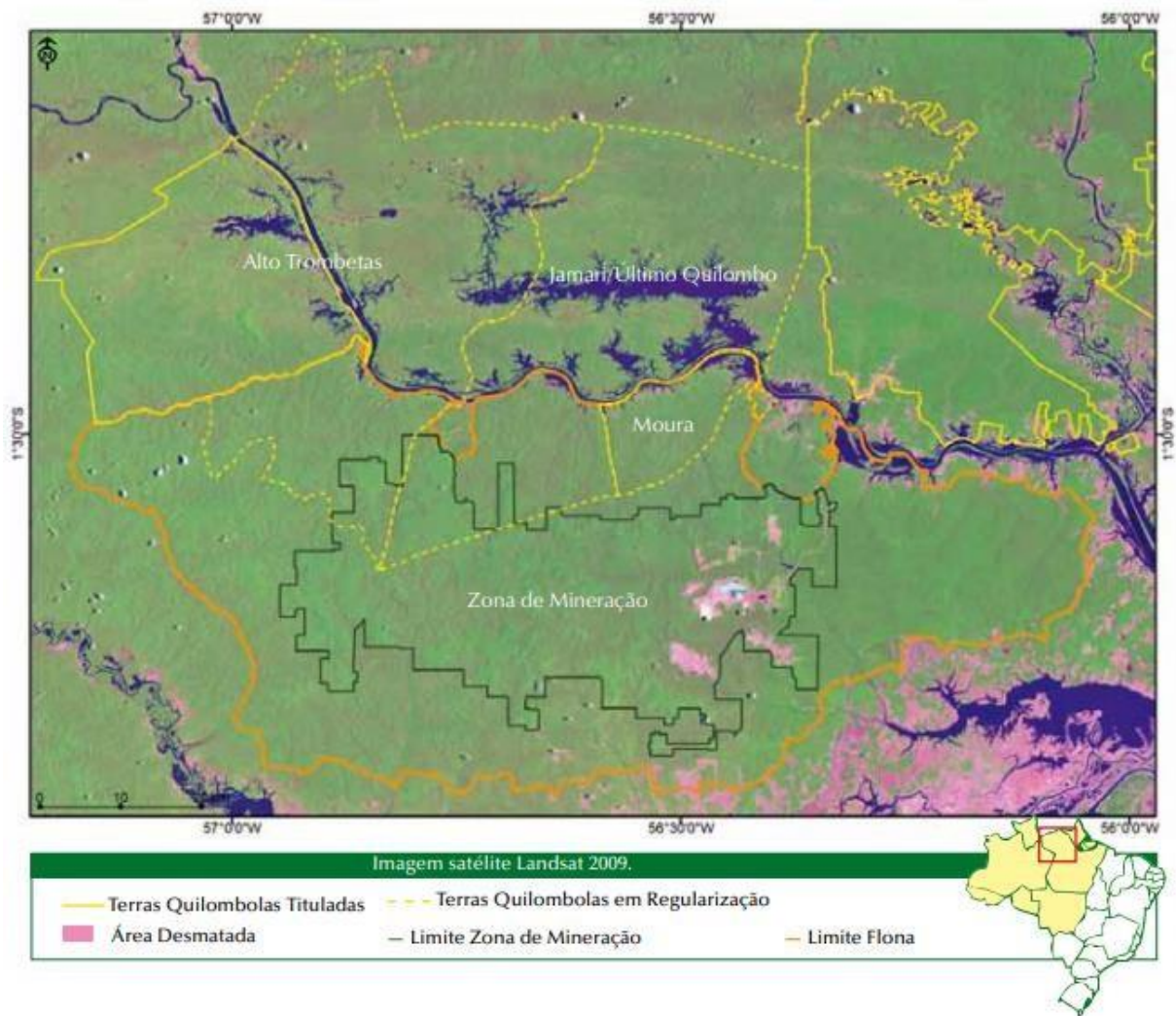


Figura 16: Zona de mineração em nas Terras Quilombolas

Fonte: ANDRADE, 2011.

O interesse energético na região, existe desde os governos militares com a criação do projeto Barão do Rio Branco, sendo resultado da política desenvolvimentista deste período. Além da construção de hidrelétricas, o projeto ainda conta com a construção de uma ponte sobre rio Amazonas e a continuação da BR-163 até a fronteira com o Suriname. O antigo sonho militar para realização do projeto, passa a ganhar força a partir de 2019, com participação ativa do governo federal. Segundo Andrade (2011) são projetadas 15 usinas hidrelétricas, somando 5.530 km² inundados.

Em estudos realizados pelo próprio Ministério de Minas e Energia, foi diagnosticado que a área inundada irá sobrepor os TI Nhamundá/ Mapuera e Zóe, os TQ Trombetas e Erepecuru e a zona de amortecimento da REBIO Trombetas (figura 18). Os territórios quilombolas não titulados não são referidos no trabalho, sendo ignorado novamente. Além disso, segundo relato de quilombolas e também

denunciado pelo CPI-SP, os quilombolas não foram informados, nem tampouco consultados sobre o projeto.

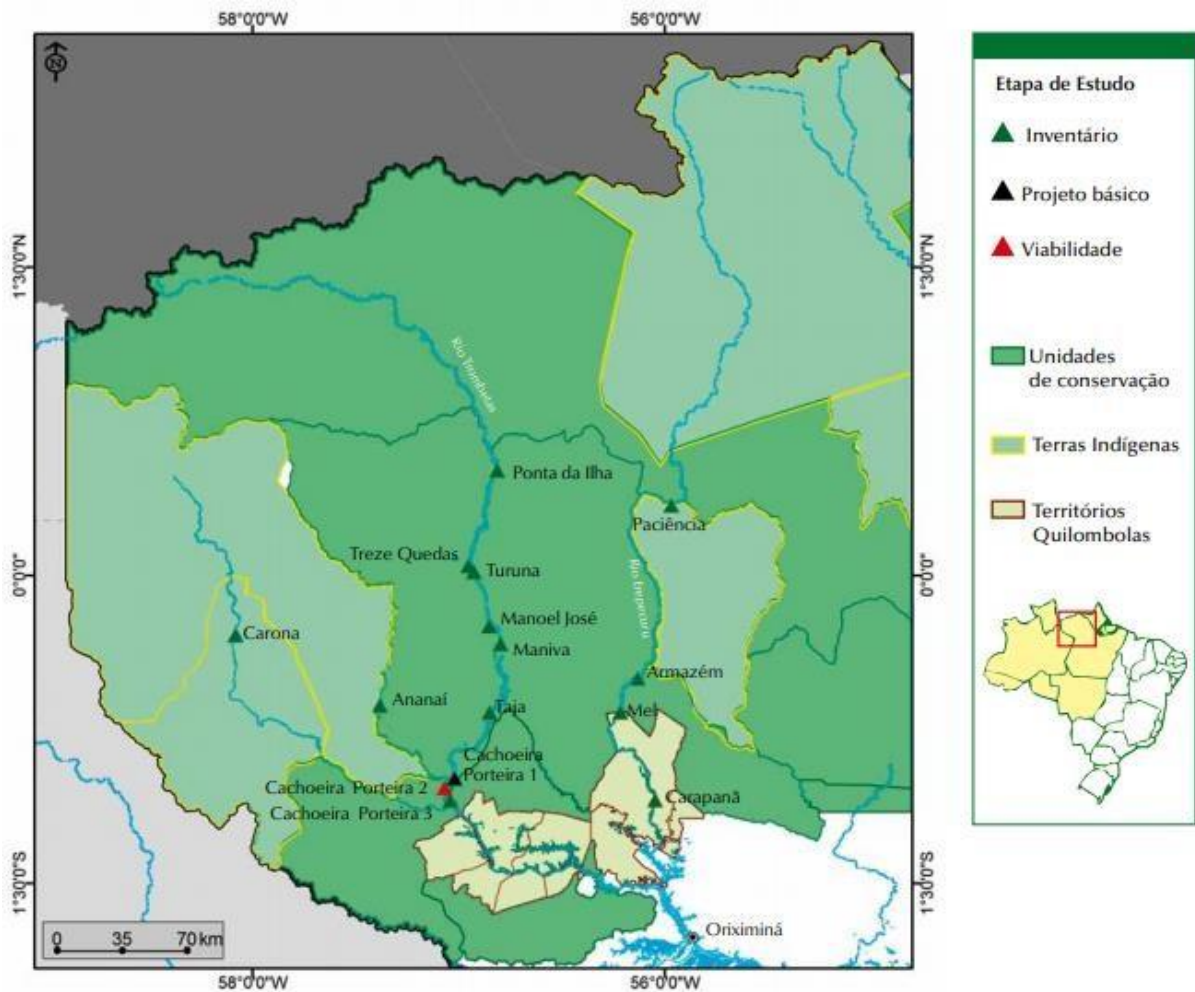


Figura 17: Aproveitamento Hidrelétrico na Bacia do Rio Trombetas.

Fonte: ANDRADE, 2011.

Segundo o Planejamento Estratégico do ICMBio, a missão institucional do órgão deve ser formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Partindo deste pressuposto Fonseca (2015) identificou três principais interesses comuns entre as comunidades tradicionais e o órgão ambiental, são eles: proteção do território (atributos físicos, biológicos e socioculturais), promoção de desenvolvimento socioambiental e proteção do patrimônio natural.

Como vimos acima, existem diversas pressões que colocam em risco a existência destas comunidades. Desta forma, para uma possível resolução ou minimização dos conflitos na região, é necessário avançar para participação ativa dessas comunidades na gestão das unidades de conservação, protegendo as comunidades tradicionais contra as pressões externas e consequentemente também

a natureza.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer do trabalho, podemos observar a intensa influência dos preservacionistas puros na construção de um pensamento ambientalista mundial, que influenciado pela noção de *wilderness*, culminou na criação de unidades de conservação por todo o planeta. A posição dos preservacionistas em relação a não interferência humana na natureza, desconsiderou as diversas formas de conhecimentos tradicionais e ainda, muitas vezes afirmou que os verdadeiros culpados pela degradação ambiental em certas áreas, era exatamente o modo de vida das populações tradicionais que “utiliza” a natureza para auto suficiência.

O que podemos observar em relação ao caráter preservacionista utilizado pelas Unidades de Conservação, é que o principal impulsionador das UCs foram os interesses econômicos e não ambientais. As Unidades de Conservação na verdade, são apenas um dos diversos mecanismos de manipulação e apropriação dos recursos naturais e econômicos, realizada e mediada por grandes corporações e Estados nacionais, garantindo assim a reprodução do capital privado. Sendo assim, reserva de recursos e de mão de obra que a curto, médio ou longo prazos serão utilizadas pelas frentes de expansão capitalista em momentos de crises.

A hegemonia da ideologia preservacionista sobre pensamento ambientalista, apoiada em uma visão mercadológica da proteção da natureza e construída inteiramente por biólogos, acarretou em uma padronização das políticas ambientais mundiais, desconsiderando e ignorando a presença dos povos da floresta. O surgimento da biologia da conservação no final do século XX, intensificou esse processo, que de forma imperialista atravessou fronteiras e particularidades locais, formando um imperialismo verde e arrogante com características autoritárias (GUHA, 2000).

A hostilidade perante as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras entre outras) segundo Guha (2000), é marcada pela presença de cinco grupos, são eles: os moradores de cidades e estrangeiros, governantes, organizações ambientalistas internacionais, funcionários dos serviços de parques e os biólogos atuam em favor dos interesses capitalistas, e desde o século XIX, projetaram inúmeras áreas de conservação, expulsando seus habitantes.

Com base no discurso ambiental, essas unidades foram criadas e sempre estiveram associadas aos interesses do grande capital, que em Trombetas, se replica

através do processo minerário da exploração da Bauxita. Porém, ao mesmo tempo, é necessário reconhecer o papel das UCs em relação a proteção estrita da natureza, como também das próprias comunidades, que durante anos, estabeleceram uma relação ambígua, protegendo a região contra outras práticas predatórias como, madeireiros e garimpeiros.

A ressignificação das UCs proposta no início do trabalho deve levar em consideração que mesmo tendo sido motivada por interesses capitalistas quando criadas, as UC pode ser analisada como uma possibilidade de resistência contra o avanço da frente capitalista, assim como de garantia da reprodução cultural quilombola, revelando uma relação contraditória e complexa. As restrições impostas pelo órgão ambiental, paralelamente, forneceram condição para criação de mecanismos de resistências quilombolas, garantiram o seu modo de vida, mesmo que parcialmente.

A luta pelo controle da economia extrativista na região, está intimamente associada a criação das unidades de conservação, sendo apropriado pelo discurso da preservação ambiental aplicado atualmente pela MRN, os interesses capitalistas disfarçados pelo discurso de proteção ambiental, buscam alternativas para se reproduzir.

No vale do rio Trombetas os grandes riscos ambientais como a perda da biodiversidade, supressão de grandes áreas florestadas, degradação do solo, poluição dos rios e lagos e outros impactos socioambientais, estão associados ao capital internacional e não com as comunidades tradicionais. Os diversos discursos que aponta as comunidades quilombolas, como responsável pelo impactos ambientais, como por exemplo na diminuição de espécies de quelônios, desmatamentos, garimpo, queimadas e outros impactos ambientais ainda é muito presente no interior do próprio órgão ambiental, legitimando a atuação da mineração.

As diversas justificativas que buscam apontar o verdadeiro motivo da devastação ambiental como por exemplo, o crescimento populacional, a ocupação desordenada, poluição do ar e dos rios, aquecimento global, destruição das florestas tropicais, degradação de solos, modificação genética de sementes, insegurança alimentar e diversos outros tipos de desastres ambientais são apenas reflexos de uma estrutura concreta que busca intensamente lucros através do processo de acumulação do capital e não estão associados a má vontade do ser humano, mas sim

associados a lógica capitalista com grande potencial de devastação da natureza.

Como em muitos outros casos brasileiros, a criação das unidades de conservação (FLONA Saracá-Taquera e REBIO Rio Trombetas), assim como a implementação do projeto Trombetas, ocorreu sem nenhum diálogo ou estudo prévio, que levasse em consideração as populações locais. A declaração feita por Wanderley (2008) nos remete a realizar uma análise de um grade peso político para criação das UCs, tornando-as não meramente com caráter biológico, como também social e político.

Analisá-las com um caráter integrador, levando em consideração as diversas dimensões incluídas dentro de um território, podemos aproveitar melhor a coordenação das UCs, partindo da inclusão das populações tradicionais nas decisões administrativas e jurídicas relacionadas ao meio ambiente e não mais como voluntários. A valorização dos seus conhecimentos deve ser acompanhada com o poder de decisão.

Sendo assim, devemos e podemos evitar a destruição dessas ricas culturas que de diversas formas se identificam e se relacionam com a natureza, através de suas cultura. O primeiro passo para proteção e valorização dos seus conhecimentos, deve ser feita com a titulação de suas terras e pela participação desses povos na definição das leis ambientais, reconhecendo suas técnicas de manejo e aprendendo como se relacionar com a natureza sem destruí-la.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com desenvolvimento deste trabalho foi possível realizar uma reflexão crítica acerca das bases do pensamento ambientalista mundial e nacional, que sustentado pela noção de *wilderness*, tem como principal estratégia criar unidades de conservação com objetivo de proteger a natureza. O advento da criação deste modelo de áreas naturais protegidas, a pelo menos um século influencia o modo de vida de populações locais e tradicionais. Através de um resgate histórico das principais motivações que originaram as unidades de conservação, foi possível observar que a proteção ou conservação da natureza não era principal objetivo, revelando interesses para além da preservação. Esses interesses, no caso de Trombetas, estão atrelados ao grande capital privado, motivando e mantendo vínculos profundos com as unidades de conservação através de diversas formas.

Refletir sobre uma estratégia para proteção da natureza, seja ela definindo áreas de conservação ou não, sem modificar o sistema produtivo global e suas nuances, pode ser apenas maquiar o verdadeiro motivos do avanço da devastação da natureza no planeta. A crise ecológica na qual vivemos está intrinsicamente associada a crise do sistema capitalista. O que devemos planejar são mecanismos de resistência ao avanço capitalista, dando condição de vida para todos os povos.

A experiência vivida no trabalho voluntário no NGI Trombetas e realização de diversas atividades em conjunto com as comunidades quilombolas, como também da mineração, possibilitou a visualização de um território a partir da atuação dos três principais atores que exercem poder (MRM, ICMBio e quilombolas).

Compreender a atuação dos três grupos, suas influências, interesses, forças e poderes, só foi possível graças ao olhar geográfico. Com toda certeza, o olhar geográfico desenvolvido e experimentado durante a graduação auxiliou para o direcionamento do trabalho.

É importantíssimo ressaltar, que o objetivo geral desta reflexão foi pensar sobre a natureza das unidades de conservação, suas verdadeiras motivações e objetivos, que na maioria dos casos não valoriza a cultura e conhecimentos tradicionais. Não se trata de uma crítica apontada aos servidores dos órgãos ambientais, que diariamente lutam pela conservação da natureza, resistindo ao sucateamento das instituições públicas, mas sim, direcionado as bases do pensamento preservacionista.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, M. Geografia da América: aspectos da Geografia física e social. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

ANDRADE, L. M. M. Terras quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças. 1ª ed. São Paulo: CPI-SP, 2011.

ARCHANJO, E. C. O. F. *Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de boa vista (1980-2013)*. 2015. 161f. Dissertação de Mestrado - UFAM, Manaus, 2015.

ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. p273 – 290. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAC, p. 273 – 290.

BRASIL. Constituição Federal. Brasil, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 98.704, de 27/12/1989. Cria a Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

BRASIL. Lei n.º 9985, de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

BRASIL. Decreto 6040, de 7/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CARNEIRO, L. O.; ITABORAHY, N. Z.; GABRIEL, R. A. Territorialidades e Etnografia: avanços metodológicos da análise geográfica de comunidades tradicionais. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 7, n. 1, p. 81 – 101, Abril/ 2013.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios, abordagens da Geografia e da ecologia política. In GUERRA, A. T.; COELHO, M. C. (Orgs) **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009, p. 67 – 111.

COMISSÃO PRÓ INDIO DE SÃO PAULO. *Quilombolas de Oriximiná*. 2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/>> Acesso em: 24 out. 2020.

DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAC, 2000, p 149 – 163.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 1996.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 1 – 46.

EMPRESA DE PESQUISAS ENERGÉTICAS - EPE. Relatório da caracterização socioambiental e análise de conflitos. 2015.

FONSECA, A. C. *Unidades de conservação e comunidades remanescentes de quilombo no alto Trombetas: a busca de soluções para conflitos territoriais*. 2015. 108f. Dissertação de Mestrado – INPA, Manaus, 2015.

FUNES, E. A. Comunidades remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas. UFC, 2000.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 81 – 100.

HAESBERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ICMBio. *Plano estratégico ICMBio*. 2020. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica> > Acesso em: 25 out. 2020.

INPE. *Terra brasilis desmatamento*. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br> > Acesso em: 26 out. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Painel de dados*. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados> > Acesso em: 27 out. 2020.

JÚNIOR, E. C.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. T.; COELHO, M. C. (Orgs) **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009, p. 25 – 65.

LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003

MMA/IBAMA. Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Brasília, 2004.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. *Sequencia operacional*. 2012. Disponível em: <https://www.mrn.com.br/paginas/pt/operacao/sequencia-operacional.html>> Acesso em: 01 nov. 2020.

RIBEIRO, D. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, M. Por uma Geografia nova. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SALLES, V. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971.

SCOLES, R. Do rio Madeira ao Rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos. NAEA. v. 14. n 2. p. 265 – 282, dez/2011.

WANDERLEY, L. J. M. *Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira*. 2008. 152f. Dissertação de Mestrado - UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 2008.